

**Desenvix Energias**

**Renováveis S.A.**

**Demonstrações financeiras em  
em 31 de dezembro de 2013  
e relatório dos auditores independentes**

# **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

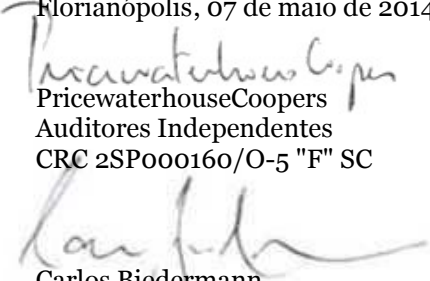
Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 07 de maio de 2014

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Carlos Biedermann  
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" SC  
Florianópolis, 07 de maio de 2014

---

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora			Passivo e patrimônio líquido	Controladora		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	01 de janeiro de 2012 (reapresentado)		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	01 de janeiro de 2012 (reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (nota5)	3.225	7.126	406	Fornecedores (Nota12)	2.603	3.077	5.167
Aplicação financeira restrita			24.799	Financiamentos (Nota 13)	74.505	18.695	49.665
Contas a receber (nota 6)	1.026	1.334	2.550	Partes relacionadas (Nota 11)	17.616	50.641	138.394
Dividendos a receber (nota 11 (a))	22.481	14.913	2.877	Salários e encargos sociais	1.757	1.978	1.213
Impostos a recuperar	1.866	1.843	2.109	Impostos e contribuições (Nota 15)	9.901	11.033	8.055
Outros ativos	4.694	693	9.796	Dividendos propostos			529
	33.292	25.909	42.537	Terras servidão (nota 31)	1.905	2.037	2.037
Investimentos mantidos para venda (nota 30)	3.060	16.976		Outros passivos (Nota 16)	3	3	6
	36.352	42.885	42.537		108.290	87.464	205.066
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos (Nota 13)	99.800	98.910	8.839
Aplicação financeira restrita (Nota 7)	13.202	4.938		Imposto de renda diferido (Nota 23)	1.648	6.676	6.924
Partes relacionadas (Nota 11)	87.058	128.124	91.066	Provisão p/ perda investimento	6.247		
Investimentos em entidades não controladas ao valor justo	66.677	81.213		Outros Passivos (nota 16)	1.600		
	166.938	214.275	91.066		109.295	105.586	15.763
Investimentos (Nota 8)	614.373	582.934	629.382	Total do passivo	217.585	193.050	220.829
Imobilizado (Nota 9)	501	497	462	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (nota 18)			
	17.234	17.183	32.516	Capital social	665.312	665.312	546.787
Intangível (Notas 10)	25.208	21.419	21.439	Ajuste de avaliação patrimonial	32.963	44.432	41.867
Propriedades para investimentos (nota 31)				Reservas de lucros	(23.601)	8.448	7.919
	657.316	622.033	683.799	Prejuízos acumulados	(31.654)	(32.049)	
					643.020	686.143	596.573
				Total do patrimônio líquido	643.020	686.143	596.573
Total do ativo	860.605	879.193	817.402	Total do passivo e patrimônio líquido	860.605	879.193	817.402

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Consolidado		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	01 de janeiro de 2012 (reapresentado)		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	01 de janeiro de 2012 (reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	28.803	124.677	38.981	Fornecedores (Nota 12)	33.260	108.899	138.953
Aplicação financeira restrita			24.799	Financiamentos (Nota 13)	122.751	70.366	80.749
Contas a receber (nota 6)	24.177	27.410	34.535	Partes relacionadas (Nota 11)	7.363	30.078	123.060
Dividendos a receber (nota 11 (a))	10.654	1.154		Concessões a pagar (Nota 14)	6.500	6.255	5.371
Impostos a recuperar	6.459	4.650	3.559	Salários e encargos sociais	4.135	4.240	2.756
Estoques	1.052	983	696	Impostos e contribuições (Nota 15)	14.822	14.767	12.477
				Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	6.816	5.875	4.369
Outros ativos	9.432	4.503	18.226	Provisão para contrato de energia	7.425	33.058	
	80.577	163.377	120.796	Dividendos propostos	47	47	529
Investimentos mantidos para venda (nota 30)	3.060	16.976	25	Terras servidão (nota 31)	1.905	2.037	2.037
				Outros passivos (Nota 16)	15.909	27.267	8.344
	83.637	180.353	120.821		220.933	302.889	378.645
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos (Nota 13)	800.503	831.850	633.832
Aplicação financeira restrita (Nota 7)	52.119	40.023	32.081	Imposto de renda diferido (Nota 23)	5.561	6.676	6.924
Partes relacionadas (Nota 11)	26.824	43.425	33.680	Concessões a pagar (nota 14)	56.538	55.015	66.593
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 23(c))	23.768	5.604	2.051	Tributos a pagar nc	741		
Investimentos em entidades não controladas ao valor justo	66.677	81.213	74.258	Provisão p/ perda investimento			
Impostos a recuperar nc	263			Outros Passivos (nota 16)	21.390	12.061	3.716
Outros ativos	8.442	27	61		884.733	905.602	711.064
	178.093	170.292	142.131	Total do passivo	1.105.666	1.208.491	1.089.709
Investimentos (Nota 8)	150.556	108.789	63.283	Patrimônio líquido			
Imobilizado (Nota 9)	1.194.631	1.299.715	1.195.238	atribuído aos acionistas			
Intangível (Notas 10)	117.047	115.388	144.953	da controladora (nota 18)			
Propriedades para investimentos (nota 31)	25.208	21.419	21.419	Capital social	665.312	665.312	546.787
	1.487.442	1.545.311	1.424.893	Ajuste de avaliação patrimonial	32.963	44.432	41.867
				Reservas de lucros	(23.601)	8.448	
				Lucros (prejuízos) acumulados	(31.654)	(32.049)	7.867
					643.020	686.143	596.521
				Participação dos não controladores	486	1.322	1.615
				Total do patrimônio líquido	643.506	687.465	598.136
Total do ativo	1.749.172	1.895.956	1.687.845	Total do passivo e patrimônio líquido	1.749.172	1.895.956	1.687.845

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Receita</b>				(reapresentado nota 2.21)
Fornecimento de energia elétrica			185.424	164.404
Serviços prestados	7.866	5.251	25.916	22.618
<b>Receita operacional (Nota 18)</b>	7.866	5.251	211.340	187.022
Custo do fornecimento de energia elétrica (Nota 19)			(85.408)	(71.482)
Custo dos serviços prestados (Nota19)	(6.464)	(5.028)	(18.242)	(14.261)
<b>Lucro bruto</b>	1.402	223	107.690	101.279
Gerais e administrativas (Nota 19)	(19.087)	(17.073)	(42.506)	(51.558)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.763	15	2.763	513
Participação nos lucros de controladas	7.040	3.535		158
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	(7.882)	(13.300)	67.947	50.392
<b>Resultado financeiro (Nota 20)</b>				
Despesas financeiras	(35.740)	(30.313)	(131.665)	(89.234)
Receitas financeiras	3.924	4.764	19.212	7.255
	(31.816)	(25.549)	(112.453)	(81.979)
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas e controladas em conjunto	1.307	5.306	1.307	4.867
Dividendos recebidos	2.859	1.074	2.859	1.074
Amortização ágio	(1.150)	(1.150)	(1.150)	(1.150)
	3.016	5.230	3.016	4.791
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(36.682)	(33.619)	(41.490)	(26.796)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	5.028	1.569	9.000	(4.826)
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(31.654)	(32.050)	(32.490)	(31.622)
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Controladora			(31.654)	(31.998)
Participação de não controladores			(836)	376
			(32.490)	(31.622)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (Nota 26)			(0,27054)	(0,27348)

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u>(31.654)</u>	<u>(32.050)</u>	<u>(32.490)</u>	<u>(31.622)</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos</b>				Reapresentado (Nota 2.21)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 30)	<u>(11.468)</u>	<u>2.565</u>	<u>(11.468)</u>	<u>2.565</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(43.122)</u>	<u>(29.485)</u>	<u>(43.958)</u>	<u>(29.057)</u>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Controladora			(43.122)	(29.433)
Participação dos não controladores			<u>(836)</u>	<u>376</u>
			<u>(43.958)</u>	<u>(29.057)</u>



# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Consolidado		
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Baixa do ativo diferido	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Total				
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	546.787	41.867	739	7.180	7.919		1.615	(52)	598.136
Prejuízo do exercício						(32.050)	376	52	(31.622)
Varição de valor justo de instrumento financeiro disponível para venda		2.565					2.565		2.565
Aumento de capital	120.000						480		120.480
Despesas com emissão de ações	(1.475)						(1.475)		(1.475)
Retenção de lucros				529	529				529
Dividendos propostos							(49)		(49)
Aquisição participação Energen							(1.100)		(1.100)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>665.312</u>	<u>44.432</u>	<u>739</u>	<u>7.709</u>	<u>8.448</u>	<u>(32.050)</u>	<u>1.322</u>		<u>687.464</u>
Absorção dos prejuízos com reserva de lucros			(739)	(7.709)	(8.448)	8.448			
Varição de valor justo de instrumento financeiro disponível para venda		(11.469)					(11.469)		(11.469)
Prejuízo do exercício						(31.654)	(836)		(32.490)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>665.312</u>	<u>32.963</u>				<u>(55.256)</u>	<u>486</u>		<u>643.505</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos tributos</b>	(36.682)	(33.619)	(41.490)	(26.796)
<b>Ajustes</b>				(reapresentado nota 2.21)
Receita financeira do realizável a longo prazo	(648)	(408)	(3.062)	(2.357)
Equivalência patrimonial	(14.594)	(8.400)	(1.307)	(5.024)
Provisão para perda em investimentos	6.247			
Ganho na remensuração de participação anterior		(441)		(441)
Valor residual do ativo imobilizado baixado				29.584
Depreciação e amortização	79	57	65.197	46.556
Amortização de ágio em investimento	1.150	1.150	1.150	1.150
Provisão para contrato de energia			(3.595)	33.058
Perdas(ganhos) cambiais de atividades financeiras			15.221	
Encargos financeiros capitalizados nas controladas	527		527	
Encargos financeiros de financiamentos e UBP	13.674	10.048	74.755	66.901
Provisão para custos socioambientais			0	4.730
	<u>(30.247)</u>	<u>(31.613)</u>	<u>107.396</u>	<u>147.361</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	308	1.216	3.233	7.152
Impostos a recuperar	(23)	266	(2.072)	(1.088)
Outros ativos e despesas antecipadas	(4.002)	7.629	(13.412)	12.209
Fornecedores	(474)	(2.090)	(26.061)	(117.357)
Salários e encargos sociais	(221)	765	(105)	1.484
Contas a pagar investimentos em terras		20		(435)
Impostos e contribuições	(1.132)	2.978	799	2.290
Provisão para contratos de energia			(28.239)	
Outras movimentações	1.470	239	(2.163)	(2.995)
	<u>(34.321)</u>	<u>(20.590)</u>	<u>39.376</u>	<u>48.621</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>				
Juros pagos sobre financiamentos	(13.349)	(11.316)	(70.707)	(61.108)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(9.338)	(8.443)
	<u>(13.349)</u>	<u>(11.316)</u>	<u>(70.707)</u>	<u>(61.108)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(47.670)</u>	<u>(31.906)</u>	<u>(40.669)</u>	<u>(20.930)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	(7.616)	20.269	(9.034)	19.215
Aquisição de investimentos e aportes de capital	(50.516)	(83.899)	(50.516)	(43.836)
Dividendos recebidos	24.424	33.328	371	(1.074)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(3.923)	(92)	(8.162)	(59.163)
Alienação de participação, líquido do caixa recebido	16.976		16.976	
Operações com partes relacionadas	8.041	7.340	(6.114)	12.031
Perdas em entidades não controladas ao valor justo	8		8	
Aquisição de licença ambiental ou outras adições			(8.472)	(7.043)
	<u>(12.606)</u>	<u>(23.054)</u>	<u>(64.943)</u>	<u>(79.870)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(12.606)</u>	<u>(23.054)</u>	<u>(64.943)</u>	<u>(79.870)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Obtenção de financiamentos	75.000	215.129	75.000	372.553
Pagamentos de financiamentos - principal	(18.625)	(153.449)	(65.262)	(186.537)
Aporte de capital pelos minoritários em caixa				480
	<u>56.375</u>	<u>61.680</u>	<u>9.738</u>	<u>186.496</u>
<b>Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos</b>	<u>56.375</u>	<u>61.680</u>	<u>9.738</u>	<u>186.496</u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(3.901)</u>	<u>6.720</u>	<u>(95.874)</u>	<u>85.696</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<u>7.126</u>	<u>406</u>	<u>124.677</u>	<u>38.981</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<u>3.225</u>	<u>7.126</u>	<u>28.803</u>	<u>124.677</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.866	5.686	229.717	200.704
Outras receitas e despesas	2.769	17	2.763	75
	<u>10.635</u>	<u>5.703</u>	<u>232.480</u>	<u>200.779</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)</b>				
Custo do fornecimento de energia elétrica (nota 19)		(1.052)	(25.967)	(48.771)
Custo dos serviços prestados (nota 19)	(13.271)	(10.810)	(33.944)	(22.693)
	<u>(13.271)</u>	<u>(11.862)</u>	<u>(59.911)</u>	<u>(71.464)</u>
<b>Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<u>(2.636)</u>	<u>(6.159)</u>	<u>172.579</u>	<u>129.315</u>
<b>Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.229)	(1.207)	(66.347)	(47.706)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>	<u>(3.865)</u>	<u>(7.366)</u>	<u>106.222</u>	<u>81.609</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	8.347	8.400	1.307	5.024
Receitas financeiras	3.924	4.764	19.212	7.255
Ganho/perda com investimento		441		441
Receita de dividendos	2.859	1.074	2.859	1.074
	<u>15.130</u>	<u>14.679</u>	<u>23.378</u>	<u>13.794</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<u>11.265</u>	<u>7.313</u>	<u>129.600</u>	<u>95.403</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos	12.200	9.463	36.744	19.283
Impostos, taxas e contribuições	(5.028)	(1.132)	9.377	18.509
Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e aluguéis)	35.745	31.031	115.970	89.234
Lucros retidos/prejuízo do período	(31.654)	(32.049)	(31.654)	(31.998)
Participação dos não controladores nos lucros retidos			(836)	376
	<u>11.263</u>	<u>7.313</u>	<u>129.600</u>	<u>95.404</u>

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

#### (a) Operações

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri, São Paulo, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

O Grupo atua de maneira integrada dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia.

O Grupo investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas ("UHE"); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"); (iii) Usinas Eólicas ("UEE"); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa ("UTE"); e (v) Linhas de Transmissão ("LT").

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a Companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão com 511 km de extensão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 07 de maio de 2014.

#### (i) Empreendimentos em operação

O Grupo, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações e concessões para operação de empreendimentos em operação que incluem:

<b>Empresas</b>	<b>Fonte de Energia</b>	<b>Data de início das operações</b>	<b>Capacidade instalada em MW</b>	<b>Vencimento do contrato (autorizações/concessões)</b>
Esmeralda S.A.	PCH	23 de dezembro de 2006	22,2 MW	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	PCH	1º de outubro de 2007	15 MW	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	PCH	1º de julho de 2008	30 MW	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	PCH	19 de setembro de 2011	13,7 MW	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A.	UTE	26 de outubro de 2011	33 MW	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	PCH	17 de fevereiro de 2012	25 MW	2 de março de 2034
Monel Monjolinho Energética S.A.	UHE	31 de agosto de 2009	74 MW	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	UHE	Fevereiro de 2001	125 MW	28 de agosto de 2033
CERAN Cia. Energética Rio das Antas (i)	UHE	Janeiro de 2005	360 MW	31 de dezembro de 2029
Macatúbas Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	35,07 MW	16 de junho de 2045
Novo Horizonte Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Seabra Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Energen Energias Renováveis S.A.	UEE	28 de setembro de 2012	34,5 MW	05 de julho de 2045
Goiás Transmissão S.A.	LT	14 de novembro de 2013	500/230 KV	11 de junho de 2040

(i) A CERAN Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(ii) Projetos em construção - linhas de transmissão**

A Desenvix detém participação de 25,5% MGE Transmissão S.A. a qual está em fase de implantação.

Esta linha possui um total de 258 km de extensão e sua entrada em operação está prevista para ocorrer entre o segundo e terceiro trimestre de 2014.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de Preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, as propriedades para investimentos, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Desenvix Energias Renováveis S.A., identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

#### **2.2 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na (a)adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### **(b) Transações com participações de não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### **(c) Perda de controle em controladas**

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

#### **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### **2.4 Apresentação de informações por segmentos**

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2013 e de 2012.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **2.6 Ativos financeiros**

##### **2.6.1 Classificação**

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5 e 2.7).

#### **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

#### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

#### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial aqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

#### **2.7 Contas a receber**

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*), se necessária.

#### **2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*.

#### **2.9 Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero. Ao adotar esse critério a Companhia considerou que existem incertezas quanto à forma de determinação do valor da indenização final e sobre sua forma de liquidação, e, portanto, a Companhia conclui que a determinação de um valor residual no final do período de concessão seria um ativo contingente, o qual não pode ser considerado enquanto permanecer dúvidas ou disputas a respeito de sua recuperação.

#### **2.10 Intangível**

##### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Estudos de projeto**

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

#### **(c) Direito de concessão - uso do bem público**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

#### **(d) Licenças ambientais**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

#### **2.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### **2.12 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **2.13 Passivos financeiros**

##### **2.13.1 Financiamentos**

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

##### **2.13.2 Concessões a pagar**

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

#### **2.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.15 Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### **2.16 Capital Social**

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### **2.17 Reconhecimento da receita**

##### **(a) Venda de energia elétrica**

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobrás, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

#### **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER**

A Companhia firmou em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2016.

Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

#### **(c) Venda de serviços**

A empresa Enex, controlada do Grupo, presta serviços de Operação e Manutenção (O&M) de usinas de geração de energia do Grupo e de terceiros.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado.

Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre ano e até cinco anos.

#### **(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### **(e) Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

#### **2.18 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Lucro real**

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### **(b) Lucro presumido**

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, as seguintes controladas: Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Esmeralda S.A. e Moinho S.A., cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 21.

#### **2.19 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.20 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.1.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

(iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Não há impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.1.

(v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

(vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

(vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

#### **2.21 Impacto das mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As normas que tem impacto no Grupo são CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto. e IFRS 10 e CPC 36 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios da investida Passos Maia Energética S.A. caracterizam um empreendimento controlado em conjunto.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência desta alteração a Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a sua participação na consolidação proporcional na investida reconhecendo o mesmo por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
Ativo	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante	184.033	(3.680)	180.353	123.676	(2.855)	120.821
Não circulante	1.762.845	(47.242)	1.715.603	1.607.341	(40.317)	1.567.024
Total do ativo	<u>1.946.878</u>	<u>(50.922)</u>	<u>1.895.956</u>	<u>1.731.017</u>	<u>(43.172)</u>	<u>1.687.845</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante	310.083	(7.194)	302.889	381.493	(2.848)	378.645
Não circulante	949.330	(43.728)	905.602	751.388	(40.324)	711.064
Total do patrimônio líquido	<u>687.465</u>		<u>687.465</u>	<u>598.136</u>		<u>598.136</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.946.878</u>	<u>(50.922)</u>	<u>1.895.956</u>	<u>1.731.017</u>	<u>(43.172)</u>	<u>1.687.845</u>

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos tributos</b>	<u>(26.339)</u>	<u>(457)</u>	<u>(26.796)</u>
	<u>58.383</u>	<u>(9.762)</u>	<u>48.621</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(12.362)	(8.568)	(20.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(91.459)</u>	<u>11.589</u>	<u>(79.870)</u>
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	<u>189.408</u>	<u>(2.912)</u>	<u>186.496</u>
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	85.587	109	85.696
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>41.490</u>	<u>(2.509)</u>	<u>38.981</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>127.077</u>	<u>(2.400)</u>	<u>124.677</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31 de dezembro de 2012</b>		
	<b>Original</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Receitas</b>			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	212.333	(11.629)	200.704
Outras receitas e despesas		75	75
	<u>212.333</u>	<u>(11.554)</u>	<u>200.779</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)</b>			
Custo do fornecimento de energia elétrica (nota 19)	(45.332)	(3.439)	(48.771)
Custo dos serviços prestados (nota 19)	<u>(22.693)</u>		<u>(22.693)</u>
	<u>(68.025)</u>	<u>(3.439)</u>	<u>(71.464)</u>
<b>Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<u>144.308</u>	<u>(14.993)</u>	<u>129.315</u>
<b>Retenções</b>			
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(51.766)</u>	4.060	<u>(47.706)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>	<u>92.542</u>	<u>(10.933)</u>	<u>81.609</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	3.437	1.587	5.024
Receitas financeiras	7.592	(337)	7.255
Ganho/perda com investimento	441		441
Receita de Dividendos	<u>1.074</u>		<u>1.074</u>
	<u>12.544</u>	<u>1.250</u>	<u>13.794</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<u>105.086</u>	<u>(9.683)</u>	<u>95.403</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal e encargos	19.283		19.283
Impostos, taxas e contribuições	22.422	(3.913)	18.509
Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e aluguéis)	95.003	(5.769)	89.234
Lucros retidos/prejuízo do período	<u>(31.998)</u>		<u>(31.998)</u>
Participação dos não controladores nos lucros retidos	<u>376</u>		<u>376</u>
	<u>105.086</u>	<u>(9.682)</u>	<u>95.404</u>
<b>Resultado</b>			
	<b>Original</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
Receita líquida operacional	198.227	(11.205)	187.022
Custo do serviço de energia elétrica	(90.989)	5.246	(85.743)
Despesas gerais e administrativas	(52.165)	607	(51.558)
Amortização ágio	(1.150)		(1.150)
Resultado financeiro	(85.214)	3.235	(81.979)
Participação no resultado de coligadas	4.952	1.586	6.538
Imposto de renda e contribuição social	(5.283)	457	(4.826)
Prejuízo do período	<u>(31.622)</u>		<u>(31.622)</u>
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(31.998)		(31.998)
Participação dos não controladores	<u>376</u>		<u>376</u>
Lucro básico por ação	<u>(0,2735)</u>		<u>(0,2735)</u>
Lucro diluído por ação	<u>(0,2735)</u>		<u>(0,2735)</u>

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### **(a) Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

##### **(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

##### **(c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 11.901 menor ou R\$ 15.478 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

#### 4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Total dos financiamentos (Nota 12)	923.254	902.216
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	28.803	124.677
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	52.119	40.023
Dívida líquida	842.332	737.516
Total do patrimônio líquido	643.506	687.465
Total do capital	1.485.838	1.424.981
Índice de alavancagem financeira - %	56,69	51,76

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	3.222	590	22.046	116.373
Aplicações financeiras (i)	3	6.536	6.757	8.304
	<u>3.225</u>	<u>7.126</u>	<u>28.803</u>	<u>124.677</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cliente - Fornecimento de energia elétrica (i)			21.133	24.932
Clientes - Serviços terceiros (ii)			2.892	2.445
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	1.246	1.554	372	253
Provisão para devedores duvidosos (iii)	(220)	(220)	(220)	(220)
	<u>1.026</u>	<u>1.334</u>	<u>24.177</u>	<u>27.410</u>

- (i) Representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) O saldo de 31 de dezembro de 2013 (consolidado) corresponde a recebíveis da subsidiária Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

#### 7 Aplicações financeiras restritas

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho, Victor Baptista Adami e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo circulante e ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de Dezembro de 2012</b>
No início do exercício	4.938	24.799
Resgates		(25.207)
Rendimentos	648	408
Aplicações	7.616	4.938
No final do exercício	<u>13.202</u>	<u>4.938</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de Dezembro de 2012</b>
No início do exercício	40.023	32.081
Aplicações	17.401	6.791
Rendimentos	3.062	2.358
Resgates	(8.367)	(1.207)
No final do exercício	<u>52.119</u>	<u>40.023</u>

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 aproximam-se de seus valores contábeis.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Em empresas controladas	460.275	470.594		
Em empresas coligadas e outras	154.098	112.340	150.556	108.799
	<u>614.373</u>	<u>582.934</u>	<u>150.556</u>	<u>108.799</u>

A composição dos saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, podem ser assim demonstradas:

	31 de dezembro de 2013	Controladora 31 de dezembro de 2012
Empresas controladas		
Energica - Energia Caiuá S.A.	2.739	4.559
Energen Energias Renováveis S.A.	11.023	26.980
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	3.127	2.742
Esmeralda S.A.	35.681	27.609
Macaúbas Energética S.A.	39.856	44.803
Moinho S.A.	43.585	44.141
Monel Monjolinho Energética S.A.	118.519	115.419
Novo Horizonte Energética S.A.	39.410	38.517
Santa Laura S.A.	29.105	28.174
Santa Rosa S.A.	62.649	62.799
Seabra Energética S.A.	39.654	39.044
	<u>425.348</u>	<u>434.787</u>
Ágio	40.770	41.920
Lucros não realizados na controladora	(5.842)	(6.113)
Total dos investimentos em controlada	<u>460.276</u>	<u>470.594</u>
Empresas coligadas		
Goiás Transmissão S.A.	70.543	52.072
MGE Transmissão S.A.	55.369	32.595
Passos Maia Energética S.A.	23.989	23.475
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	655	657
	<u>150.556</u>	<u>108.799</u>
Ágio - direito de concessão	3.541	3.541
Total dos investimentos em coligadas	<u>154.097</u>	<u>112.340</u>
Total dos investimentos	<u>614.373</u>	<u>582.934</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras consolidadas e individuais  
em 31 de dezembro de 2013  
Em milhares de reais

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2013	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos	Lucros realizados no período 31 de dezembro de 2013
<b>Empresas controladas</b>							
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	72.092	78.340	(6.248)	(7.977)	(7.977)	
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	149.040	139.328	9.712	(16.735)	(15.899)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	7.553	4.426	3.127	387	387	
Esmeralda S.A.	99,99	67.180	31.499	35.681	10.586	10.598	12
Macaúbas Energética S.A.	99,99	166.200	128.220	37.980	(4.888)	(4.888)	
Moinho S.A.	99,99	101.691	58.749	42.942	(541)	(473)	68
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	354.534	236.015	118.519	9.003	9.095	92
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	136.883	99.608	37.275	961	961	
Santa Laura S.A.	99,99	60.360	31.255	29.105	4.486	4.502	16
Santa Rosa S.A.	99,99	135.087	72.438	62.649	9.994	10.074	80
Seabra Energética S.A.	99,99	136.430	98.369	38.061	660	660	
<b>Participação nos lucros de controladas</b>						<u>7.040</u>	
<b>Empresas coligadas</b>							
Goiás Transmissão S.A.	25,5	779.505	336.828	442.677	172.297	1.596	
MGE Transmissão S.A.	25,5	336.533	119.448	217.085	(4.740)	(1.209)	
Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto)	50	142.070	94.089	47.981	1.855	928	
FIP Energias Renováveis S.A.	6,25			3.061	(8)	(8)	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	5.620	3.971	1.649			
<b>Participação nos lucros de coligadas</b>						<u>1.307</u>	
<b>Participação total nos lucros de coligadas e controladas</b>						<u><u>8.347</u></u>	

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2013 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 2.247, R\$ 165, R\$ 247, R\$ 1.555 e R\$ 1.629 (2012 – R\$ 2.339, R\$ 179, R\$ 263, R\$ 1.635 e R\$ 1.697), respectivamente.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31 de</b>	<b>31 de</b>
	<b>dezembro</b>	<b>dezembro</b>
	<b>de 2013</b>	<b>de 2013</b>
No início do exercício	582.934	108.789
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	50.516	50.516
Resultado de participação em controladas e coligadas	14.594	1.306
Amortização de ágio	(1.150)	
Amortização de juros capitalizados	(527)	(183)
Reversão de dividendos MGE e GOIAS	777	777
JSCP Monel Monjolinho Energética S.A.	(1.756)	
IRRF S/JSCP Monel Monjolinho Energética S.A.	(311)	
Dividendos	(30.704)	(10.649)
	<b>614.373</b>	<b>150.556</b>

A Companhia possui investimentos de 25,5% na Goiás Transmissora de Energia S.A. (“Goiás”). Essa coligada contabilizou seus ativos de transmissão de acordo com as interpretações e orientações técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, OCPC 05 – Contratos de concessão e ICPC 17 – Contratos de concessão – Evidenciação. Durante o exercício de 2013 a investida alterou a forma de cálculo do ativo financeiro derivado do contrato de concessão substituindo a taxa efetiva de juros dos recebíveis do contrato de concessão passando para o custo médio de capital ponderado (WACC Weighted Average Cost of capital). Essa alteração gerou um resultado positivo de R\$ 172 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia optou por calcular o ativo financeiro como empréstimos e recebíveis utilizando a taxa efetiva de juros do próprio recebível. Desta forma efetuou ajustes em seu cálculo de equivalência patrimonial.

## 9 Imobilizado

	<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			<b>Consolidado</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>
				<b>Líquido</b>
Usinas e outros				
Terrenos	19.975	(3.072)	16.903	17.680
Terrenos - depósitos judiciais (i)	976		976	966
Reservatório, barragens e adutoras	437.922	(75.633)	362.289	379.595
Edificações, obras civis e benfeitorias	37.759	(6.299)	31.460	32.996
Máquinas e equipamentos	773.479	(75.716)	697.763	781.439
Material em depósito e outros	1.851	(52)	1.799	2.849
Móveis e utensílios	672	(233)	439	463
Equipamentos de informática e outros	913	(505)	408	501
Outros	416	(101)	315	309
Sistemas de conexão				
Terrenos	424		424	422
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.245	(96)	1.149	1.192
Máquinas e equipamentos	77.544	(8.335)	69.209	72.395
Imobilizado em curso, servidões e outros	119		119	55
Adiantamentos a fornecedores				765
Imobilizado em andamento	11.378		11.378	8.088
	<b>1.364.673</b>	<b>(170.042)</b>	<b>1.194.631</b>	<b>1.299.715</b>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

- (i) Terrenos processos judiciais está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas (Santa Laura, Santa Rosa, Monel e Moinho), como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

O saldo do ativo Imobilizado da Controladora totaliza R\$ 501 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 497 em 31 de dezembro de 2012). A depreciação reconhecida no resultado do exercício de 2013 foi R\$ 79.

O saldo do ativo imobilizado consolidado teve redução significativa no ano de 2013 devido à acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, datado em 23/12/2013, que trata da redução de preço contratual, reconhecimento de dívida, transação e outras avenças, que adita o contrato efetuado entre as partes citadas da Empreitada Integral para Implantação das Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico da Bahia, que abrangem as controladas Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra. A dedução de preço foi incentivada pelo não atendimento do prazo de aceitação (entrega das Centrais Geradoras em funcionamento) na data acordada no contrato de empreitada. Com isso, houve redução de imobilizado nestas controladas no montante de R\$ 48.355, que representa a maior parte das baixas do ano de 2013, conforme apresentado no quadro abaixo.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Usinas e outros</b>	<b>Sistema de conexão</b>	<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604
Em 01 de janeiro de 2012	935.990	44.770	88.706	125.772	1.195.238
Adições	43.501	8.695	36.117	81.202	169.515
Depreciação	(42.837)	(2.768)			(45.605)
Encargos financeiros capitalizados				10.371	10.371
Transferência de materiais em andamento para estoque	(104)			(117)	(221)
Transferência entre contas	281.376	23.367	(95.213)	(209.530)	
Aplicação de adiantamentos	(848)		(28.845)		(29.693)
Outros	(96)			206	110
Em 31 de dezembro de 2012	1.216.982	74.064	765	7.904	1.299.715
Adições	1.082		1.892	1.533	4.507
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(528)				(528)
Transferência entre contas	(641)	501	(1.955)	2.095	-
Depreciação	(56.004)	(3.482)			(59.486)
Baixas	(48.540)	(182)	(702)	(153)	(49.577)
Em 31 de dezembro de 2013	1.112.351	70.901		11.379	1.194.631

Composição do saldo de "Obras em andamento":

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Engenharia e gerenciamento da obra	10.629	7.056
Obras civis e do reservatório	750	796
Engenharia e gerenciamento EPC		52
	11.379	7.904

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	%
	<u>Taxa média</u>
<b>Usinas e outros</b>	
Reservatório, barragens e adutoras	4,08
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,29
Móveis e utensílios	10
Equipamentos informática e outros	20
<b>Sistemas de conexão</b>	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,03

O montante de depreciação foi registrado conforme tabela abaixo.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Período findo em 31 de dezembro de 2012</u>	<u>Período findo em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Período findo em 31 de dezembro de 2012</u>
Custos			59.288	45.071
Despesas Gerais e Administrativas	79	57	198	534
	<u>79</u>	<u>57</u>	<u>59.486</u>	<u>45.605</u>

## 10 Intangível

A composição do intangível pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>			
			<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Contratos com condição resolutiva</u>	<u>Outros contratos e demais custos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Riacho Seco (i)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
UHE Itapiranga	1.100		1.100	1.100
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820		1.820	1.820
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança (ii)	1.493	9	1.502	1.502
Outros		55	55	4
	<u>10.263</u>	<u>6.971</u>	<u>17.234</u>	<u>17.183</u>

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (ii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

				<b>Consolidado</b>	
				<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(8.494)	42.496	44.317	
Ágio na aquisição de investimento	30.445		30.445	30.445	
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	17.182		17.182	17.183	
Direito de autorização	10.511		10.511	10.511	
Licenças de operação	22.316	(10.681)	11.635	7.284	
Contratos firmes	5.751	(2.396)	3.355	4.505	
Outros	2.005	(582)	1.423	1.143	
	<u>139.200</u>	<u>(22.153)</u>	<u>117.047</u>	<u>115.388</u>	

As taxas anuais de amortização ativo intangível são:

	<b>%</b>
	<b>Taxa média</b>
Uso do Bem Público (UBP)	3,57
Estudos de viabilidade ambiental, de inventários e projetos	indefinido
Licenças de operação	20 a 25
Contratos firmes	20

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2012</b>	32.516	144.953
Transferência para partes relacionadas ativo (Nota 11)	(15.333)	(15.407)
Gastos com licenças ambientais		7.043
Outros		(16.190)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(3.861)
	<u>17.183</u>	<u>115.388</u>
<b>Em 1 de janeiro de 2013</b>	17.183	115.388
Gastos com licenças ambientais		8.472
Outros	51	50
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(5.713)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>17.234</u>	<u>117.047</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### 11 Partes relacionadas

##### (a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e/ou compras de produtos ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
UHE Cubatão S.A.	220	220	220	220
Enercasa Energia Caiuá S.A.	72	34		
Energen Energias Renováveis S.A.	76	473		
Esmeralda S.A.	54	257		
Macaúbas Energética S.A.	57	55		
Moinho S.A.	259	241		
Monel Monjolinho Energética S.A.	135	73		
Novo Horizonte Energética S.A.	55	52		
Passos Maia Energética S.A.	152	34	152	33
Santa Laura S.A.	48	31		
Santa Rosa S.A.	63	32		
Seabra Energética S.A.	55	52		
	<u>1.246</u>	<u>1.554</u>	<u>372</u>	<u>253</u>
Dividendos a receber				
Energen S.A.	890	890		
Esmeralda S.A.	2.514	5.963		
Goiás Transmissão S.A.	10.434	509	10.434	509
MGE Transmissão S.A.		268		268
Moinho S.A.	176	174		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.756	1.006		
Passos Maia Energética S.A.	220	377	220	377
Santa Laura S.A.	4.118	4.318		
Santa Rosa S.A.	2.373	1.408		
	<u>22.481</u>	<u>14.913</u>	<u>10.654</u>	<u>1.154</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Adami S.A. Madeiras	875		875	
Água Quente Ltda.	884	884	884	884
Bom Retiro S.A.	703	457	703	457
Caldas nova Transmissão	25		25	
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	18.129	27		
Energen Energias Renováveis S.A. (ii)	17.429	81.219		
Engevix Engenharia S.A. (iii)	3.087	3.087	3.087	3.087
Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	300			
Esmeralda S.A.		3		
FUNCEF (iv)	4.666	5.367	4.666	5.367
Jackson Empreendimentos Ltda. (iv)	15.701	18.099	15.701	18.099
JP Participações Ltda.	775	775	775	775
Macaúbas Energética S.A. (v)	11.973	2.802		
Moinho S.A.	4.034	648		
Novo Horizonte Energética S/A	4.014			
Seabra Energética S/A	4.355			
UHE Cubatão S.A.	108	104	108	104
Usina Pau D'Alho S.A. (vi)		14.652		14.652
	<u>87.058</u>	<u>128.124</u>	<u>26.824</u>	<u>43.425</u>
Total do ativo	<u>110.785</u>	<u>144.591</u>	<u>37.850</u>	<u>44.832</u>



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (vii)			808	1.476
Partes relacionadas				
CEL Engenharia de Manutenção		1.024		1.024
Enercasa – Energia Cauá S.A (viii)		12.100		
Engevix Engenharia S.A. (viii)	3.848	6.106	3.848	9.733
Goiás Transmissão S.A (viii)		8.690		8.690
Jackson Empreendimentos Ltda. (viii)	3.514	2.627	3.515	2.627
MGE Transmissão S.A (viii)		7.680		7.680
Monel Monjolinho Energética S.A. (viii)	4.000	5.818		
Novo Horizonte Energética S.A (viii)		3.034		
Santa Laura S.A. (viii)		48		
Santa Rita Comércio e Instalações Ltda. (viii)		324		324
Santa Rosa S.A. (viii)	6.254	3.089		
Seabra Energética S.A. (viii)		101		
	<b>17.616</b>	<b>50.641</b>	<b>7.363</b>	<b>30.078</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>17.616</b>	<b>50.641</b>	<b>8.171</b>	<b>31.554</b>

- (i) Referem-se às faturas em aberto pelo serviço de gerenciamento prestado pela Controladora às subsidiárias.
- (ii) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros.
- (iii) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros, além dos valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012.
- (iv) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros.
- (v) Contrato de compromisso de Mútuo entre a Controladora e a Usina Pau D'Alho S.A, corrigido com base na variação positiva da taxa DI anual, acrescida de 3% ao ano, capitalizada anualmente, a partir de cada depósito ou pagamento, valor provisionado como perda no resultado de 31 de dezembro de 2013.
- (vi) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica.
- (vii) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, referente ao ano de 2012, dos contratos de financiamentos da Companhia e suas subsidiárias.
- (viii) Composto principalmente por saldo de mútuo mantido com partes relacionadas.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### (b) Vendas de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	938	393		
Energen Energias Renováveis S.A	907	923		
Esmeralda S.A.	560	266		
Macaúbas Energética S.A.	660	544		
Moinho S.A.	438	355		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1324	731		
Novo Horizonte Energética S.A.	603	535		
Passos Maia Energética S.A.	626	766	626	766
Santa Laura S.A.	512	276		
Santa Rosa S.A.	698	351		
Seabra Energética S.A.	600	546		
	<u>7.866</u>	<u>5.686</u>	<u>626</u>	<u>766</u>

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 10.605 em 2013 (R\$ 9.989 em 2012).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte, Enercasa e Energen, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

#### (c) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários totalizou R\$ 5.081 no período findo em 31 de dezembro de 2013 e (R\$ 4.639 no período findo em 31 de dezembro de 2012).

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### 12 Financiamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Financiamento de obras - BNDES (i)			374.334	409.458
Financiamento de obras - BNB (ii)			265.840	272.480
Financiamento de obras - CDB (iii)			108.630	102.049
Debêntures (iv)	99.800	98.910	99.800	98.910
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	10.000	10.000
Financiamentos Cédula de Crédito Bancário, Pine, Bic, BB e FINEP (v)	64.462	8.656	64.462	8.656
Outros	43	39	188	663
	<u>174.305</u>	<u>117.605</u>	<u>923.254</u>	<u>902.216</u>
Passivo circulante	<u>(74.505)</u>	<u>(18.695)</u>	<u>(122.751)</u>	<u>(70.366)</u>
Passivo não circulante	<u>99.800</u>	<u>98.910</u>	<u>800.503</u>	<u>831.850</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2012</b>	58.504	714.581
Captações	215.000	372.553
Pagamentos	(164.765)	(247.483)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	8.736	53.027
Outros	130	9.538
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>117.605</u>	<u>902.216</u>
Captações	75.000	75.000
Pagamentos	(31.974)	(135.969)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	13.648	66.786
Variação Monetária ativa		15.221
Outros	26	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>174.305</u>	<u>923.254</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### (i) Financiamentos para construção das usinas BNDES

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	157.088	169.402
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	67.012	74.385
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5	50.629	53.856
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	47.813	51.072
Esmeralda S.A.	Abril de 2019	TJLP + 3,5	26.886	32.006
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	24.906	28.737
			<u>374.334</u>	<u>409.458</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

No dia 18 de setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

#### (ii) Financiamentos para construção das usinas BNB

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	97.826	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	84.133	86.050
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	83.881	86.039
			<u>265.840</u>	<u>272.480</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais**

---

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7);

(v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

#### **(iii) Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)**

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil R\$ 108.630 em 2013 4 (R\$102.049 em 2012) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2027.

Juntamente com este contrato de financiamento foram também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

#### **(iv) Debêntures**

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, sendo a primeira paga em 12 de junho de 2013 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais**

---

5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016. Nos termos do item 5.1.(v) da Cláusula V da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., celebrado entre Desenvix, como emissora e Planner Trustee DTVM Ltda, como agente fiduciário, em 12 de novembro de 2012, a Desenvix deverá atender a três métricas de cálculo com limites superiores estabelecidas, sendo elas (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos (base Controladora), maior ou igual a 3,0x, em 31 de dezembro de 2013, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido (base Consolidado), maior ou igual a 1,45x, em 31 de dezembro de 2013 e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (base Consolidado), menor ou igual a 1,0x.

Apurados os indicadores, em 31 de dezembro de 2013, observou-se os seguintes índices: (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos, 7,9x, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido, 1,33x e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, 0,98x.

Componentes do cálculo:

- (i) Índice de Dívida Total (Nota 12) / Receita com Dividendos (Nota 8):  $174.305 / 22.481 = 7,8$
- (ii) Índice de Dívida Total (Nota 12) / Patrimônio Líquido (Nota 17):  $923.254 / 693.415 = 1,33$
- (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: EBITDA / (Pagamento de Principal e Juros (Nota 12)):  $133.145 / (135.969) = 0,98$   
*EBITDA conforme descrito na Escritura acima referenciada: (Lucro (prejuízo) operacional (DRE) + Depreciação e Amortização (Nota 19)):  $67.946 + 65.199 = 133.145$*

O aumento do endividamento de curto prazo na Controladora foi o principal motivo pelo não atendimento dos índices estabelecidos nas métricas (i) e (iii), não caracterizando vencimento antecipado, conforme termos do item acima referenciado.

Cabe ressaltar que os Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, realizada no dia 30 de abril de 2014, deliberaram por conceder renúncia (“waiver”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014. Adicionalmente deliberaram por alterações textuais de vencimento antecipado constante da Cláusula V, itens 5.1 (q) e (v) da Escritura. Detalhes adicionais são encontrados no item 29 Eventos Subsequentes.

#### **(v) Financiamentos de capital de giro**

Financiamento sujeito a encargos financeiros mensais que serão pagos em 12 parcelas, vencida a primeira em 11 de outubro de 2013 e a última em 11 de setembro de 2014 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida. Em 14 de novembro de 2013 foi contratado mais um financiamento com vencimento em 15 de novembro de 2015, os encargos serão pagos mensalmente.

Em 12 de dezembro de 2013 a companhia contratou empréstimo junto ao banco PINE, com vencimento em 10 de junho de 2014, os encargos financeiros serão pagos mensalmente, vencendo a primeira em 10 de janeiro de 2014 e a última em 10 de junho de 2014. Em 23 de dezembro de 2013 foi celebrado contrato de mutuo junto ao BICBANCO, com validade até 22 de abril de 2014, os encargos serão pagos mensalmente.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

---

#### (vi) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última foi paga em novembro de 2013.

#### 13 Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo). A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

#### 14 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IOF a recolher	9.671	8.067	9.671	8.067
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS, CSLL e outros)	39	2.430	2.547	3.716
COFINS a pagar	157	441	2.136	1.601
Taxas e contribuições ANEEL			746	899
PIS a pagar	34	95	463	346
ICMS a pagar				138
	<u>9.901</u>	<u>11.033</u>	<u>15.563</u>	<u>14.767</u>
Passivo circulante	<u>(9.901)</u>	<u>(11.033)</u>	<u>(14.822)</u>	<u>(14.767)</u>
Passivo não circulante			<u>741</u>	



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### 15 Outros passivos (consolidado)

##### Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Indenizações a pagar			3	2.469
Provisão para Contingência	1.600		2.074	
Provisão ambiental			17.331	9.914
Proprietários de áreas	1.905	2.037	3.302	3.146
Provisões pré-operacionais			13.647	24.435
Outros	3	3	2.847	1.401
	<b>3.508</b>	<b>2.040</b>	<b>39.204</b>	<b>41.365</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.908</b>	<b>2.040</b>	<b>17.814</b>	<b>29.304</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.600</b>		<b>21.390</b>	<b>12.061</b>

#### 16 Provisão para contrato de energia

	Consolidado	
	2013	2012
Conta a pagar por energia não entregue (i)		22.038
Penalidade por inadimplência perante CCEE (ii)	7.425	11.020
Passivo circulante	<b>7.425</b>	<b>33.058</b>

##### (i) Conta a pagar por energia não entregue

Em atendimento aos itens 1 e 2 da Clausula 7ª, referente ao pagamento da receita fixa, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foram efetuados os pagamentos pela energia independente da entrega da mesma, durante 2012.

Conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013 a ANEEL determinou que a Enercasa efetuasse o pagamento do valor por ela devido, referente à receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, tendo a Enercasa desembolsado durante o mês de maio de 2013 o montante de R\$ 22.038.

##### (ii) Penalidade por inadimplência perante CCEE

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 11 milhões, como multa pela não entrega da energia contratada.

A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012. Bem como, determinou à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013..

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais**

---

Na 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, foi aprovada, a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014.

Desta forma, a Administração procedeu, em dezembro de 2013, a reversão da provisão contábil no valor de R\$ 7,7 milhões, referente à aplicação do fator “j” de 50% da energia não entregue em 2012, permanecendo no resultado, a provisão de R\$ 3,3 milhões para a penalidade de 15%.

Também em dezembro de 2013, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 4,1 milhões para a penalidade de 15% referente à energia não entregue em 2013.

#### **17 Patrimônio líquido**

##### **(a) Capital social**

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2013, está representado por 117.001.722 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

##### **(b) Reservas de lucros**

###### **(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

###### **(ii) Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a ser deliberado pelos administradores da Companhia e aprovado pelos acionistas da Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

###### **(iii) Compensação de prejuízos com as reservas**

Em 2013 em função dos prejuízos consecutivos apresentados nos últimos exercícios sociais a Companhia utilizou de suas reservas de lucros e reserva legal para compensar os prejuízos acumulados até esta data.

##### **(c) Ajuste de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial é constituído pelo ajuste a valor justo dos investimentos sem influência significativa nas Companhias Dona Francisca Energética S.A. e Companhia Energética Rio das Antas, vide nota 30.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### 18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento de energia elétrica			200.359	174.782
Serviços prestados	7.866	5.686	29.358	25.922
Impostos sobre prestação de serviços		(435)	(3.442)	(3.305)
Impostos sobre fornecimento de energia elétrica			(14.935)	(10.377)
Receita operacional líquida	<u>7.866</u>	<u>5.251</u>	<u>211.340</u>	<u>187.022</u>

Em novembro de 2013, com base na Solução de Divergência nº 23, de 23/09/2013, a sociedade reverteu os valores até então provisionados, passando a não mais registrar em seu passivo os montantes de Pis e Cofins incidentes sobre os reembolsos de despesas administrativas. Esse entendimento foi adotado pela companhia que cessou o recolhimento dos referidos impostos. Não obstante, a companhia passou a acompanhar a evolução das decisões sobre o tema, tanto no âmbito administrativo quando judicial para definição dos procedimentos a adotar no futuro.

#### 19 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal	(5.716)	(4.023)	(30.260)	(25.997)
Remuneração dos administradores	(5.081)	(4.639)	(5.081)	(4.639)
Participação nos Resultados		(800)		(800)
Serviços de terceiros	(6.944)	(5.118)	(18.411)	(13.962)
Viagens e estadias	(1.287)	(1.067)	(2.212)	(2.728)
Aluguel	(658)	(718)	(2.830)	(2.923)
Impostos e taxas	(236)	(124)	(409)	(422)
Depreciação e amortização	(79)	(57)	(12.285)	(10.452)
Propaganda e publicidade	(938)	(1.211)	(65.199)	(47.706)
Estudos em desenvolvimento	(2.211)	(3.793)	(2.094)	(1.955)
Outros	(2.401)	(551)	(1.603)	(1.858)
Total dos custos das vendas e despesas administrativas	<u>(25.551)</u>	<u>(22.101)</u>	<u>(206)</u>	<u>(6.089)</u>
Despesas com pessoal			(30.260)	(25.997)
Remuneração dos administradores			(5.081)	(4.639)
Participação nos Resultados				(800)
Serviços de terceiros			(18.411)	(13.962)
Viagens e estadias			(2.212)	(2.728)
Aluguel			(2.830)	(2.923)
Impostos e taxas			(409)	(422)
Encargos setoriais			(12.285)	(10.452)
Depreciação e amortização			(65.199)	(47.706)
Propaganda e publicidade			(2.094)	(1.955)
Seguros fianças e comissões			(1.603)	(1.858)
Compra de energia			(206)	(6.089)
Estudos em desenvolvimento			(2.211)	(3.793)
Penalidade por inadimplência CCEE			2.453	(11.020)
Outros			(5.810)	(2.957)
Total dos custos das vendas e despesas administrativas			<u>(146.157)</u>	<u>(137.301)</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### 20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Com financiamentos	(13.648)	(8.736)	(66.786)	(53.050)
Cartas de fiança bancária	(2.120)	(15.240)	(5.236)	(17.828)
IOF, multas e juros sobre tributos.	(1.909)	(5.716)	(2.004)	(5.787)
Variações monetárias passivas		(314)	(27.717)	(490)
Concessões a pagar			(8.893)	(10.179)
Outras receitas e despesas financeiras	(18.063)	(307)	(21.029)	(1.900)
	(35.740)	(30.313)	(131.665)	(89.234)
Com aplicações financeiras	2.786	972	5.579	3.461
Variações monetárias ativas	1.138	3.792	13.633	3.794
	3.924	4.764	19.212	7.255
	(31.816)	(25.549)	(112.453)	(81.979)

#### 21 Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Do exercício

A Companhia, assim como as suas controladas Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. Monel Monjolinho Energética S.A., Enercasa Energia Caiua S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Macaubas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra energética S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.276)	(9.949)
Diferido	19.276	5.123
	9.000	(4.826)

Os encargos de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Regime de apuração</b>		
<b>Lucro real</b>		
Imposto de renda	(5.695)	(4.477)
Contribuição social	(2.096)	(1.629)
	(7.791)	(6.106)
<b>Lucro presumido</b>		
Imposto de renda	(1.605)	(2.487)
Contribuição social	(880)	(1.356)
	(2.485)	(3.843)
Total do encargo no exercício	(10.276)	(9.949)

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### (b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2013	2012
Prejuízo antes dos tributos	(41.490)	(26.796)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período.	87.659	67.104
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem contribuição dos tributos diferidos	268	268
Resultado de participações societárias	1.307	(5.024)
Encargo no resultado do período	47.744	35.554
Alíquota nominal combinada do IR e CS %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	16.233	12.088
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(6.923)	(6.859)
Juros sobre capital próprio	(310)	(403)
<b>Encargo no resultado do período</b>	<b>9.000</b>	<b>4.826</b>

#### (c) Diferido

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	Passivo	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2012	(6.676)	5.604	(6.676)
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	741	18.164	741
Proveniente de combinação de negócios (ágio)	391		391
Baixa de imposto de renda diferido passivo	3896		3.899
Sobre variação cambial			(3.919)
Em 31 de dezembro de 2013	(1.648)	23.768	(5.564)

#### (d) Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória (MP) 627/13 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09; e dá outras providências. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da Medida, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente para a Companhia.

A MP recebeu diversas propostas de emendas que ainda serão apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional. A decisão da Companhia quanto à sua adoção antecipada depende de análise posterior sobre eventuais alterações que poderão vir a ser aprovadas pelo Congresso.

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### (e) Composição do diferido

	<b>2013</b>	<b>Consolidado 2012</b>
Provisões trabalhistas	165	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.117	
Diferenças taxas de depreciação - ANEEL x CPC 27	8.730	5.604
Variação cambial	8.756	
	<b>23.768</b>	<b>5.604</b>

#### (e) Realização do diferido

Ano	<b>Consolidado Ativo fiscal diferido</b>	
2014	165	(i)
2015	125	(ii)
2016	211	(ii)
2017	295	(ii)
2018	689	(ii)
Após 2018	22.283	(iii)
	<b>23.768</b>	

(i) Em 2014 a administração tem como expectativa apenas a realização do saldo diferido referente ações trabalhistas provisionadas da empresa Enex;

(ii) Para os anos entre 2015 e 2018 espera-se que parte do ativo diferido das controladas Macaúbas e Energen seja realizado com a realização de lucros nos períodos; e

(iii) Espera-se que após 2018 sejam realizados o saldo remanescente de prejuízo fiscal das companhias citadas no item (ii), a variação cambial do financiamento com o CDB (China Development Bank) mantida pela controlada Energen em dólares americanos, e ainda, a realização das diferenças temporárias entre a taxa de depreciação regulatória (ANEEL) e societária (CPC 27).

## 22 Seguros e garantias

### (a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso e outras, estando as principais garantias demonstradas a seguir:

<b>Banco</b>	<b>Avais e fianças</b>	<b>Valor da dívida</b>
FINEP	Carta de fiança bancária	21.072
BNDES	Carta de fiança bancária	30.371
BNB	Carta de fiança bancária	134.808

### (b) Seguros risco operacional e outros

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores, sendo cotomadora da apólice que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda. com vigência até 28 de janeiro de 2014, não sendo contratadas outras modalidades de seguros em decorrência da natureza de suas operações.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Tipo de Usina	Riscos Operacionais		Consolidado
	Danos materiais	Lucro cessante	Responsabilidade Civil LMI + Danos morais
PCH (Pequena Central Hidrelétrica)	240.000	71.644	19.800
UTE (Usina Termelétrica)	79.107	17.609	2.400
EOL (Usina Eólica)	285.000	72.909	8.400
UHE (Usina Hidrelétrica)	210.000		5.000
Outros			1.000
	<u>814.107</u>	<u>162.162</u>	<u>36.600</u>

#### (c) Fiança Corporativa de Controladores

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento por parte da Desenvix a Jackson/Engevix uma taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será pago 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago pela Desenvix no final de cada ano fiscal. O valor total garantido pela Jackson/Engevix é de R\$ 511.010. O valor provisionado à pagar em 2013 referente essas fianças e garantias foi de R\$ 2.351 na controladora.

#### 23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap* troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

##### 23.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., (nota

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

---

12(iii)), existindo, assim, exposição a esse risco.

O risco associado a esta natureza é proveniente das oscilações do preço do dólar frente à moeda funcional utilizada pela Desenvix (real). Atualmente a Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro como mecanismo de proteção do resultado às variações cambiais, contudo, essas variações vêm sendo monitoradas tempestivamente pela Companhia, de forma a verificar a possível necessidade de contratações de operações de *hedge* ou *swap* para proteção.

#### Risco cambial

	Consolidado			
	2013		2012	
	R\$	U\$	R\$	U\$
CDB	108.630	46.573	102.049	50.023
<b>Total</b>	<b>108.630</b>	<b>46.573</b>	<b>102.049</b>	<b>50.023</b>

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>							
Fornecedores	2.603			32.452			
Financiamentos	57.792	133.710	22.103	77.982	269.224	191.981	967.845
Partes relacionadas	17.616			7.363			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905			3.301			
Concessões a pagar				6.500	14.147	15.555	236.715
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>							
Fornecedores	3.077			111.733			
Financiamentos	30.035	80.606		107.380	256.320	220.521	1.066.818
Partes relacionadas	50.641			30.078			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037			3.146			
Concessões a pagar				6.288	13.534	14.925	244.450

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

#### (c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES, CDB, BNB e Debentures (nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

#### (d) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2013, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

#### (i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2013, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2014. A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

#### (ii) Fator de risco juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2013	Valores expostos em 31 de dezembro de 2012	Variações adicionais no saldo contábil (*)				
				-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(174.305)	(108.910)	(2.055)	(3.082)	(4.110)	(5.137)	(6.165)
Aplicações financeiras	CDI	58.876	51.011	694	1.041	1.388	1.735	2.082
Impacto líquido	CDI	<u>(115.429)</u>	<u>(57.899)</u>	<u>(1.361)</u>	<u>(2.041)</u>	<u>(2.722)</u>	<u>(3.402)</u>	<u>(4.083)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(374.334)	(409.458)	(2.297)	(3.445)	(4.594)	(5.742)	(6.891)
Empréstimos e financiamentos	Libor	108.630		1.281	1.921	94	3.202	3.842
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	9,77%	7,25%	4,89%	7,33%	9,77%	12,21%	14,66%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	5,00%	5,50%	2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Taxas consideradas - % ao ano	Libor	0,35%		0,17%	0,26%	0,35%	0,43%	0,52%

(\*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2014.

#### (iii) Fator de risco juros (consolidado)

#### (e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (nota 7) e dos financiamentos (nota 12) aproxima-se do seu valor contábil.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

#### Em 31 de dezembro de 2013

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		28.803		28.803
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimentos			66.677	66.677
Total do ativo		28.803	66.677	95.480

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
			<b>Saldo total</b>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		124.677	124.677
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Investimentos			81.213
Total do ativo		124.677	205.890

A Companhia possui investimentos na Companhia Energética Rio das Antas de 5% e Dona Francisca Energética S.A. em 2,12% sem influência significativa registrados a valor justo nos respectivos montante de R\$ 58.740 mil e R\$ 7.937 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à necessidade de autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

#### (f) Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>
			<b>Total</b>
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa		28.803	28.803
Contas a receber de clientes		24.177	24.177
Partes relacionadas		26.824	26.824
Outros ativos		8.441	8.441
Aplicação financeira restrita	52.119		52.119
Investimentos			66.677
Propriedades para investimento	25.208		
	77.327	88.245	232.249

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>
			<b>Total</b>
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa		124.677	124.677
Contas a receber de clientes		27.410	27.410
Partes relacionadas		43.425	43.425
Outros ativos		27	27
Aplicação financeira restrita	40.023		40.023
Investimentos			81.123
Propriedades para investimento	21.419		
	61.442	195.539	338.104

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

	<b>Consolidado</b>
	<b>Outros passivos financeiros</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	33.260
Financiamentos	923.254
Partes relacionadas	7.363
Contas a pagar por aquisição de terras	3.301
Concessão a pagar	63.038
	<u>1.030.216</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	108.899
Financiamentos	902.216
Partes relacionadas	30.078
Contas a pagar por aquisição de terras	3.146
Concessão a pagar	61.270
	<u>1.105.609</u>

- (g) A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito <sup>(1)</sup>				
AAA				1.921
AA			1.323	3.094
AA+			826	1.764
AA-			1.008	7.980
A+				647
A-			7.287	6.955
BB+			2.048	
			<u>12.492</u>	<u>22.361</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	1.026	1.334	11.685	5.049
Partes relacionadas				
Grupo 2	83.971	128.124	23.737	43.425
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>84.997</u>	<u>129.458</u>	<u>47.914</u>	<u>70.835</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita <sup>(1)</sup>				
AAA		6.565		143.397
AA				
A				
BBB+		4.938		4.938
BBB	3.225	561	62.716	16.365
BBB <sup>(2)</sup>	13.202		13.202	
BB+			5.004	
	<u>16.427</u>	<u>12.064</u>	<u>80.922</u>	<u>164.700</u>

. Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

---

- . Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
  - . Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.
- (\*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's exceto pelo *rating* BBB+ que foi obtido pela agência de classificação Fitch Ratings.

## 24 Outros riscos operacionais

### (a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

### (b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso das PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (nota 13). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada às empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

## 25 Contingências

A companhia e suas controladas não têm contingências que apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos aos processos abaixo mencionados, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	<b>Controladora</b>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
	<u>Risco possível</u>	<u>Risco possível</u>
Cível	17.230	17.228
Trabalhista	660	
	<u>17.890</u>	<u>17.228</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
	<u>Risco possível</u>	<u>Risco possível</u>
Cível	18.779	18.454
Trabalhista	695	90
Administrativo	249	249
	<u>19.723</u>	<u>18.793</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

#### 26 Resultado por ação lucro básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(31.654)	(32.049)	(31.654)	(31.997)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	117.002	117.002	117.002	117.002
Lucro por ação	<u>(0,2705)</u>	<u>(0,2739)</u>	<u>(0,2705)</u>	<u>(0,2735)</u>

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

#### 27 Propriedades para investimento

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básico, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

O valor registrado como propriedades estão muito próximos de seu valor justo, pois foram realizadas nos últimos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Propriedades para investimentos	<u>25.208</u>	<u>21.419</u>	<u>25.208</u>	<u>21.419</u>
	<u>25.208</u>	<u>21.419</u>	<u>25.208</u>	<u>21.419</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras consolidadas e individuais  
em 31 de dezembro de 2013  
Em milhares de reais

---

### 28 Compromissos

#### (a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário

A Companhia arrenda 4 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Menos de um ano	294	212
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.048	853
Mais de cinco anos	<u>3.183</u>	<u>3.777</u>
	<u>4.525</u>	<u>4.842</u>

### 29 Eventos subsequentes

(a) Em 18 e fevereiro de 2014, a Desenvix vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente “FIP IE ER”.

(b) Nos termos da Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures da Desenvix Energias Renováveis S.A., realizada em 30.04.2014, a qual contou com quórum de 92,1770%, ficou deliberado pela:

(i) Concessão de renúncia (“*waiver*”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014;

(ii) O pagamento de prêmio aos Debenturistas, equivalente a 1,0% (um por cento) sobre o valor nominal das debêntures em circulação na data de realização da AGD, em razão da deliberação contida no item (i) acima o qual será pago em 09 de maio de 2014, através dos ambientes de negociação (CETIP/BM&FBOVESPA);

(iii) Dar nova redação à Cláusula V, item 5.1 (q) da Escritura, alterando os eventos de vencimento antecipado em relação a classificação de risco atribuída às Debêntures, passando a vigor com a seguinte redação:

*“apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível inferior a “BB+” pela Standard and Poor’s, ou “Ba1” pela Moody’s ou “BB+” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais”*

(iii) Dar nova redação a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, alterando os eventos de vencimento antecipado em relação aos índices de Dívida Total / Receita com Dividendos; de Dívida Total / Patrimônio Líquido; e, de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) admissíveis, passando a vigor com a seguinte redação:

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais**

---

“caso a Emissora venha a apurar 3 (três) trimestres alternados, (i) índice de Dívida Total / Receita com Dividendos maior do que 4,0x entre 1º de abril de 2014 e 31 de março de 2015, maior do que 3,5x entre 1º de abril de 2015 e 31 de dezembro de 2015, maior do que 3,0x entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016 e maior do que 2,5x a partir de 1º de julho de 2016; (ii) índice Dívida Total / Patrimônio Líquido maior do que 1,45x, e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) menor do que 1,0x a partir de 1º de abril de 2014, a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, sendo tais índices calculados com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, de acordo com as definições abaixo e devendo ser considerados para o cálculo do índice previsto no item (i) apenas os números da Emissora (não consolidado com suas controladas) e para o cálculo dos índices previstos nos itens (ii) e (iii) os números consolidados.

#### Definições:

Dívida Total: somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão - ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, calculado com base nos últimos 12 meses.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, em determinado período:

(A) Geração de caixa  
(+) EBITDA

(B) Serviço da dívida  
(+) Amortização de principal  
(+) Pagamento de juros  
(-) Amortização de principal oriunda de rolagem de endividamento  
(-) Aportes de capital dos acionistas

$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = (A) / (B)$

Patrimônio Líquido: compreende os recursos próprios da Emissora, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo.

Receita com Dividendos: dividendos declarados à Emissora pelas suas subsidiárias, calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.”

(v) Alterar os juros remuneratórios previstos na Cláusula III, item 3.8.2 da Escritura, passando as Debêntures a fazer jus, a partir do dia útil seguinte à data de realização da AGD, ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

---

percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.

(vi) Autorização para que o Agente Fiduciário pratique todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do segundo aditamento à Escritura.

### 30 Investimentos em entidades não controladas ao valor justo

Nesta conta estão reconhecidos os investimentos registrados a valor justo (sem influência significativa).

Investida	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	
	Total	Participação no capital
Dona Francisca Energética S.A.	7.937	2,12%
Companhia Energética Rio das Antas	58.740	5,00%
	<u>66.677</u>	

Investida	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	
	Total	Participação no capital
Dona Francisca Energética S.A.	8.082	2,12%
Companhia Energética Rio das Antas	70.063	5,00%
FIP Energias Renováveis S.A.	3.068	6,25%
	<u>81.213</u>	

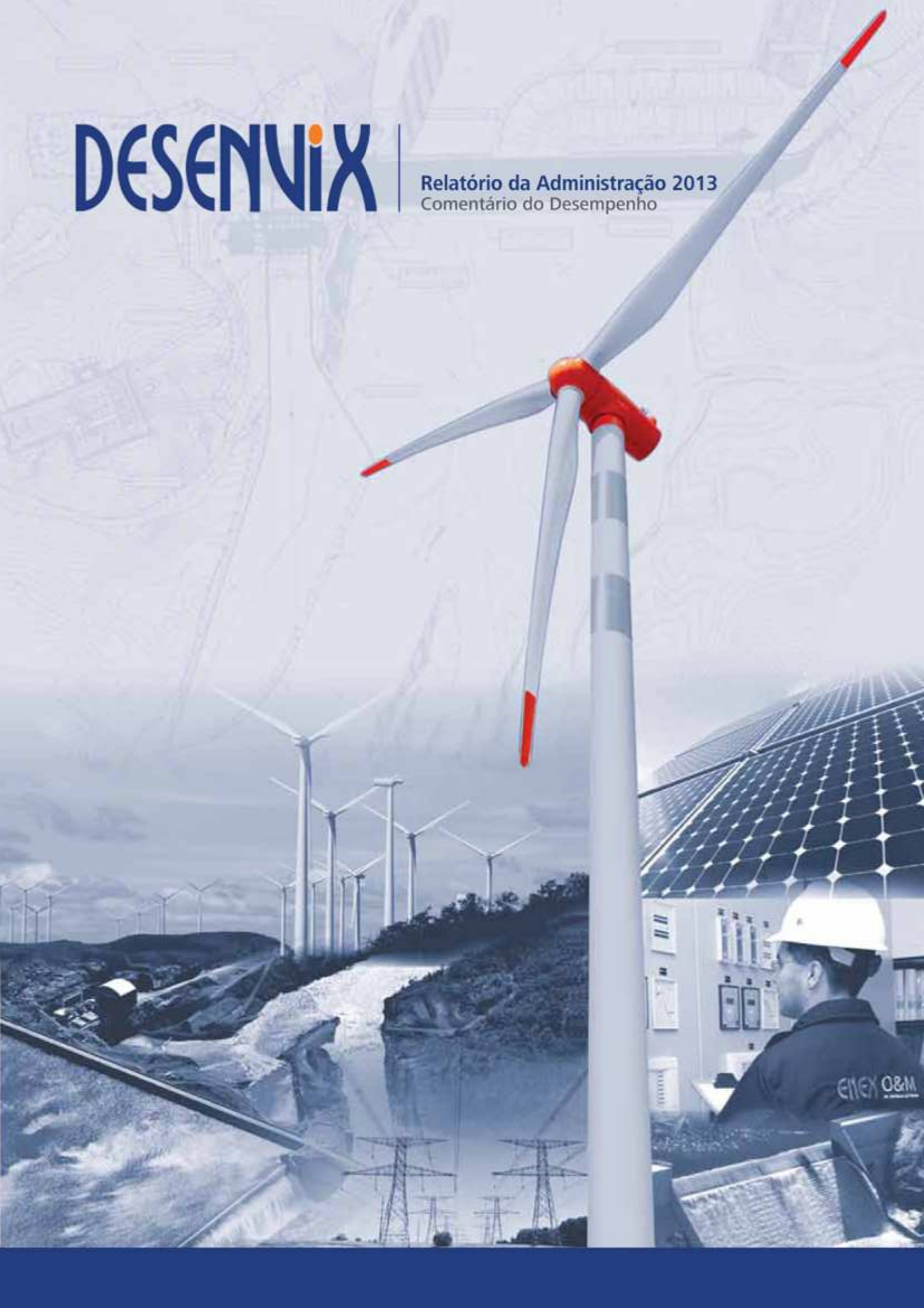
A tabela abaixo apresenta as mutações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	<b>Consolidado</b>
	<b>Investimentos em entidades não controladas ao valor justo</b>
Saldo inicial	81.213
Transferência para investimentos disponíveis para venda	(3.060)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(11.468)
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado	(8)
Saldo final	<u>66.677</u>

\* \* \*

# DESENVIX

Relatório da Administração 2013  
Comentário do Desempenho





**Barueri, 08 de maio de 2014** – A *Desenvix Energias Renováveis S.A.* (*Desenvix*), empresa de capital aberto, listada na *BM&FBovespa (DVIX3M)*, no segmento *Bovespa Mais*, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado do ano de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do ano de 2012.

<b>Principais Indicadores</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var.</b>
Receita líquida (R\$ mil)	187.022	211.340	13,0%
Prejuízo líquido (R\$ mil)	-31.622	-32.490	2,7%
EBITDA* (R\$ mil)	102.889	136.162	32,3%
Margem EBITDA (%)	55,0	64,4	9,4p.p.
Preço líquido (R\$/MWh)	163,39	170,01	4,1%
Energia gerada (GWh)	802	1.366	70,3%
Disponibilidade (%)	90,8	91,1	0,4 p.p.

\*ICVM nº527

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

**Relações com Investidores**  
**ri@desenvix.com.br**  
**Tel: +55 (48) 3031-2514**

**Rua Tenente Silveira, 94 – 9º andar**  
**88010-300 – Centro – Florianópolis – SC**

**www.desenvix.com.br**



## ÍNDICE

1 . Mensagem da Administração	3
2 . Sobre a Desenvix	5
3 . Sobre nosso Bloco de Controle	6
4 . Estrutura Societária	8
5 . Governança Corporativa	9
6 . Empreendimentos em Operação	11
7 . Empreendimentos em Implantação	14
8 . Projetos em Desenvolvimento	14
9 . Principais eventos que afetaram o desempenho 2013	15
10 . Desempenho Econômico-Financeiro	17
11 . Endividamento Bancário e Dívida Líquida	25
12 . Investimentos	27
13 . Gestão de Pessoas	27
14 . Demonstrações Financeiras Consolidadas	28

## 1) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 marcou o alinhamento operacional dos ativos que entraram em operação através do segundo ciclo de crescimento da Desenvix, o qual demandou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão durante os últimos 3 anos, dobrando sua capacidade instalada e que consolidou a Companhia como uma média geradora de energia elétrica através de fontes renováveis.

Como resultado, em 2013, houve aumento na produção de energia elétrica, com incremento de 70,3%, na comparação com 2012. O crescimento está relacionado à maior capacidade instalada de geração, entretanto, contribuiu a maior disponibilidade das usinas no sistema interligado nacional. Destacam-se as Usinas do Complexo Eólico da Bahia, despontando entre os melhores desempenhos de geração de energia de fonte eólica, no acumulado dos últimos 12 meses (março/2013 até fevereiro/2014), conforme o Boletim Mensal de Geração Eólica de fevereiro/2014 publicado pelo ONS.

A receita líquida apresentou crescimento de 13%, totalizando R\$ 211,3 milhões. Já o EBITDA (ICVM nº 527) apresentou crescimento de 32,3%, totalizando R\$ 136,2 milhões.

Durante 2013 a Administração se dedicou a busca de alternativas que mitigassem a exposição da Companhia ao risco setorial ao qual a subsidiária UTE Enercasa está inserida, sendo recompensada por marcos importantes deliberados pelos órgãos reguladores do setor, como por exemplo, a queda do fator “j” na aplicação da penalidade imposta ao Contrato de Reserva de Energia.

Cabe esclarecer que, apesar das conquistas, as operações de geração de energia da subsidiária UTE Enercasa continuam inviabilizadas pela inoperância do seu cogenerador, afetando o resultado econômico da Desenvix.

Outro tema que exigiu grande esforço da Administração foi a negociação para o encerramento do contrato de fornecimento e implantação de equipamentos do Complexo Eólico da Bahia, finalizado em dezembro de 2013.

Também, em dezembro de 2013, teve início a operação comercial da subsidiária não controlada Goiás Transmissão S.A. (25,5%). A previsão para início da operação comercial da MGE Transmissão S.A. (25,5%) é ao longo primeiro semestre de 2014.

Visando a melhora dos indicadores econômicos e financeiros da Desenvix, a Administração apoiada por seu Conselho e Acionistas, desenhou um Plano Financeiro para a Companhia, envolvendo aporte de capital dos acionistas, reestruturação administrativa e organizacional e alongamento da dívida bancária da Controladora.

O Plano Financeiro teve início quando os Acionistas da Desenvix, reunidos em Assembleia Extraordinária no dia 11 de dezembro de 2013, aprovaram o aumento de capital da Desenvix em R\$ 60 milhões a serem integralizados em duas parcelas de R\$ 30 milhões, sendo a primeira no dia 05 de fevereiro de 2014 e a segunda no dia 05 de dezembro de 2014.

Ainda em dezembro de 2013, a Administração iniciou o plano de reestruturação o qual direciona o foco da Desenvix para as atividades operacionais dos ativos de geração de energia, condução de atividades específicas para manutenção seletiva do *pipeline*, além da suspensão temporária das atividades de implantação de novos projetos.

Como resultado, a Companhia equalizará a pressão do caixa no curto e médio prazo, assegurando melhores indicadores econômicos.

**João Robert Coas**  
Diretor Presidente



## 2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica, originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão nas suas áreas de atuação.

A empresa é controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., pela SN Power Brasil Investimentos Ltda. e pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, que detém 40,65%, 40,65% e 18,70%, respectivamente do seu capital social total e votante, sendo responsáveis pelos aportes de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de 5.300 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior.

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão com 511 km de extensão.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos que soma 2.960,8 MW de potência instalada, dos quais 1.353,8 MW constituirão a sua participação no negócio.

A Desenvix, por meio da sua subsidiária ENEX, atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. Ao final de 2013 a ENEX contava com uma extensa e diversificada carteira de clientes totalizando 1.155 MW, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos anos.

### 3) SOBRE O BLOCO DE CONTROLE

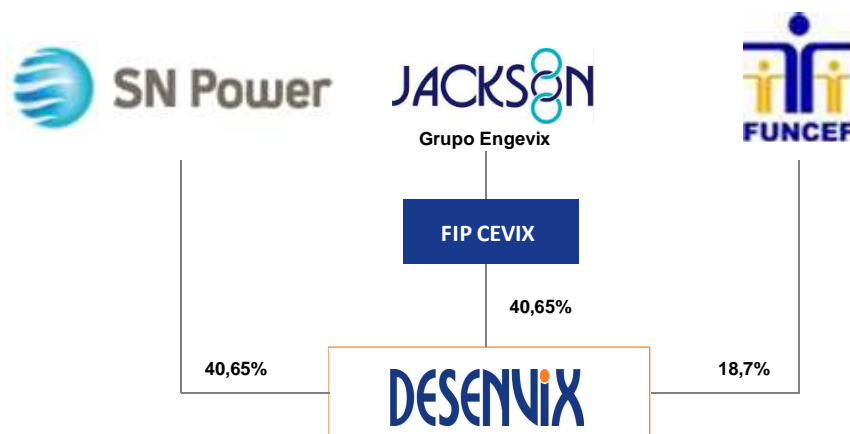
No dia 12 de agosto de 2011, os Acionistas Controladores diretos e indiretos celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS um Contrato de Compra e Venda para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda, a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda., empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power Energia do Brasil Ltda. com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em fevereiro de 2013, em virtude da reestruturação societária ocorrida no nosso Controlador SN Power Energia do Brasil Ltda., culminou então na transferência das suas ações, detidos do Capital da Desenvix, para a empresa SN Power Brasil Investimentos Ltda., não influenciando em nada a condução dos negócios da Companhia.

#### Bloco de Controle da Desenvix após operação de Compra e Venda



#### Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda. como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2012 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,2 bilhões e encerrou fevereiro de 2014 com 12.257 colaboradores, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás.

Através da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas, o Grupo Engevix detêm contratos da ordem de US\$ 5,9 bilhões para construção de 8 plataformas FPSO e 3 navio-sonda, que se destinarão à produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal. A Ecovix atualmente dispõem do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui

a Funcef como sócia. Em outubro de 2013 a Ecovix celebrou parceria com consórcio de investidores liderado pela japonesa Mitsubishi Heavy Industries.

O Grupo Engevix reuniu seus investimentos na área de infraestrutura na empresa Infravix a qual detêm as concessões do Aeroporto São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte, do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal e da Rodovia ViaBahia, com aproximadamente 700 km de extensão, além de possuir investimentos imobiliários e projeto Airship.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 75.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Adicionalmente detêm a concessão para construção e exploração comercial da UHE São Roque com capacidade instalada de 141,9MW, atualmente em construção.

### **SN Power**

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft AS e o Norfund AS. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 17.067 MW. Possui 287 hidrelétricas, 11 eólicas, 44 “district heating and biomass” e 8 termoeletricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zambia).

### **FUNCEF**

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 52 bilhões e aproximadamente 132 mil participantes.

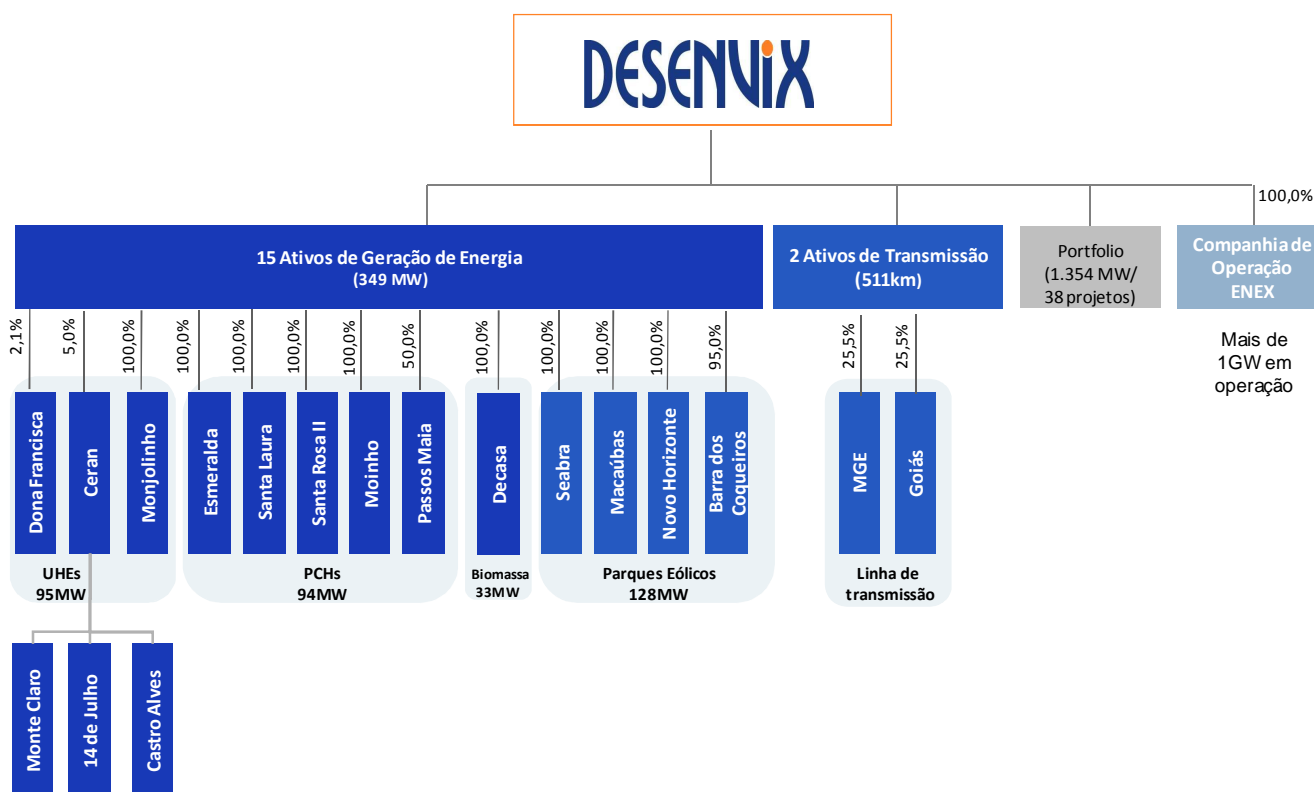
A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.



#### 4) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Desenvix é uma *holding* de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação, possuindo empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, além de uma extensa carteira de projetos em desenvolvimento. Adicionalmente, a Desenvix detém 100% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



## 5) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em consonância com os principais padrões exigidos das Companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

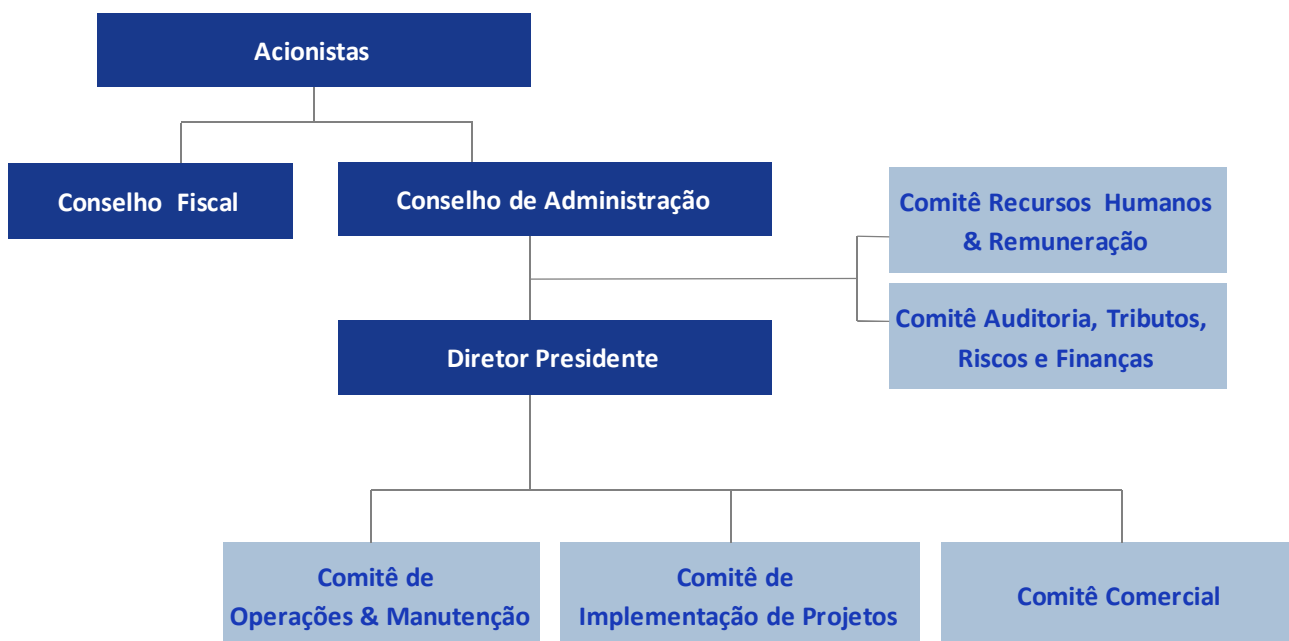
A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria das demonstrações financeiras. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos 5 comitês de assessoramento à Administração.

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração.

Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



**Composição do Conselho de Administração - em 31 de março de 2014**

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Austin Laine Powell	Presidente	Kjetil Landmark	08/02/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Joakim Johnsen	Efetivo	Viggo Mossing	30/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Fabiano Gallo	Efetivo	Tor Inge Stokke	06/09/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
José Antunes Sobrinho	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Cristiano Kok	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Gerson de Mello Almada	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Ruy Nagano	Efetivo	Emerson Tetsuo Miyazaki	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Geraldo Aparecido da Silva	Efetivo	Angelo Nonato de Sousa Lima	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Tor Inge Stokke	Suplente	-	08/02/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Kjetil Landmark	Suplente	-	19/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Viggo Mossing	Suplente	-	19/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Luiz Cruz Schneider	Suplente	-	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Laércio Dias	Suplente	-	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Angelo Nonato de Sousa Lima	Suplente	-	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Emerson Tetsuo Miyazaki	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF

**Composição do Conselho Fiscal - em 31 de março de 2014**

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Andrea Kogitzki	Efetivo	Camila Soares Mendes Brito	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
João Clarindo Pereira Filho	Efetivo	João Clarindo Pereira Junior	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Alfredo Martins Reis	Efetivo	Antonio Carlos Bomfim	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Camila Soares Mendes Brito	Suplente	-	24/02/2014	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
João Clarindo Pereira Junior	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Antonio Carlos Bomfim	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF

**Composição da Diretoria Estatutária - em 31 de março de 2014**

Membro	Cargo	Data Eleição	Término Mandato
João Robert Coas	Diretor Presidente	27/02/2013	Até 1ª RCA 2014*
Jan Erik Felle	Diretor Financeiro e Relações com Investidores	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Paulo Roberto Fraga Zuch	Diretor	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Darico Pedro Livi	Diretor	22/01/2013	Até 1ª RCA 2014*
Paulo Marcelo Gonçalves Margarido	Diretor	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Margaret Rose Mendes Fernandes	Diretor	11/12/2013	Até 1ª RCA 2014*

\*Mandato até 1ª Reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

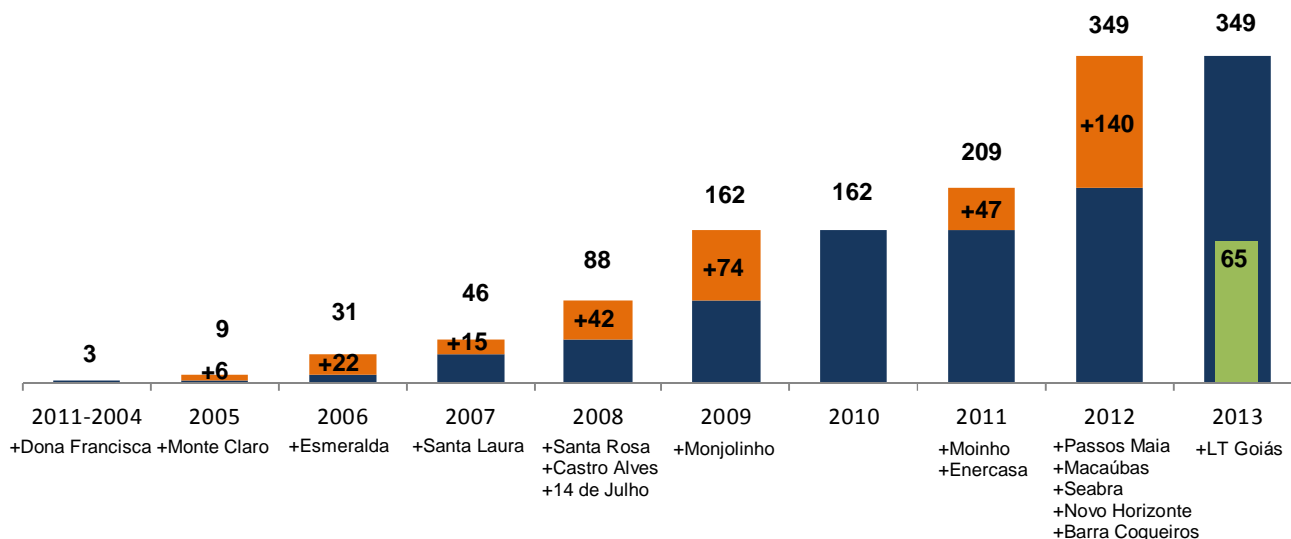
## 6) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 16 empreendimentos em operação, sendo 15 empreendimentos de geração de energia com uma capacidade instalada própria de 349 MW, além de 1 ativo de transmissão de energia com extensão total de 253 km.



Planta	Participação DESENVIX	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada DESENVIX (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
6. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
7. UTE Decasa	100%	Out/11	33,0	33,0
8. UEE Macaúbas	100%	Jul/12	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	Jul/12	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	Jul/12	30,06	30,06
11. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
14. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,7
15. UEE Barra dos Coqueiros	95%	Set/12	34,5	32,8
<b>Total Geração de Energia</b>		<b>Total:</b>	<b>827,6</b>	<b>349,0</b>
16. LT Goiás	25,5%	Dez/13	253 km	64,5 km

### Incremento Anual na Capacidade Instalada de Geração (MW) e Transmissão (km) de Energia



### Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional

Em 2013, as usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 91,1% de disponibilidade média geral (considera todas as paradas inclusive as programadas), sendo 94,0% nas pequenas centrais hidrelétricas, 71% na usina termelétrica movida a biomassa, 90,6% nas usinas eólicas e 97,0% na usina hidrelétrica. No mesmo período de 2012, a disponibilidade média geral alcançada foi de 90,8%, representando aumento de 0,4 p.p..

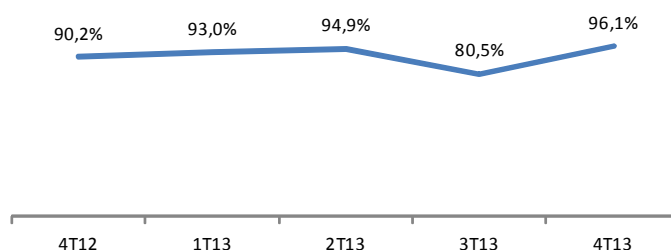
Disponibilidade (%)	2012	2013	Var p.p. 2012 x 2013
<b>PCHs</b>	<b>90,2</b>	<b>94,0</b>	<b>3,8</b>
- Esmeralda	97,7	99,3	1,5
- Santa Laura	96,1	99,6	3,5
- Santa Rosa	86,6	96,6	9,9
- Moinho	79,7	99,0	19,3
- Passos Maia	90,7	75,5	-15,2
<b>UTE</b>	<b>99,5</b>	<b>71,9</b>	<b>-27,6</b>
- Enercasa	99,5	71,9	-27,6
<b>EOLs</b>	<b>66,0</b>	<b>90,6</b>	<b>24,6</b>
- Complexo Eólico Bahia	60,6	88,5	27,9
- Barra dos Coqueiros	98,5	92,8	-5,7
<b>UHE</b>	<b>99,3</b>	<b>97,0</b>	<b>-2,2</b>
- Monel	99,3	97,0	-2,2
<b>Disponibilidade média geral</b>	<b>90,8</b>	<b>91,1</b>	<b>0,4</b>

A disponibilidade média geral em 2013 foi favorecida pela melhora na disponibilidade das Usinas do Complexo Eólico da Bahia e das PCHs Santa Rosa e Moinho, uma vez os empreendimentos passaram por manutenção corretiva ao longo de 2012.

No caso das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, observa-se melhora na comparação entre os períodos, entretanto sua disponibilidade permaneceu abaixo da média geral, fruto da reincidência de paradas para manutenção de conectores elétricos, observado apenas no início de 2013.

Por outro lado, a melhora foi compensada pela redução na disponibilidade (i) da PCH Passos Maia, cuja operação foi interrompida para manutenção corretiva na válvula borboleta, havendo necessidade do esgotamento do túnel, (ii) da UTE Enercasa para reparo no rotor do gerador e (iii) da Eólica Barra dos Coqueiros, devido a paralisação de 2 aerogerados para manutenção corretiva. Os eventos mencionados acima afetaram a disponibilidade do 3T13, conforme demonstrado abaixo no gráfico abaixo:

#### Disponibilidade Média Geral – evolução por trimestre



### Produção de Energia Elétrica

Em 2013, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 1.365,8 GWh, representando aumento de 70,3% na comparação com 2012, quando a produção foi de 802,0 GWh.

<b>Geração (MWh)</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var % 2012 x 2013</b>
<b>PCHs</b>	<b>349.537</b>	<b>513.342</b>	<b>46,9</b>
- Esmeralda	59.133	109.341	84,9
- Santa Laura	40.709	85.986	111,2
- Santa Rosa	156.235	164.945	5,6
- Moinho	24.230	54.289	124,1
- Passos Maia	69.230	98.780	42,7
<b>UTE</b>	<b>21.106</b>	<b>-</b>	<b>-100,0</b>
- Enercasa	21.106	-	-100,0
<b>EOLs</b>	<b>143.034</b>	<b>435.622</b>	<b>204,6</b>
- Complexo Eólico Bahia	119.044	362.120	204,2
- Barra dos Coqueiros	23.990	73.502	206,4
<b>UHE</b>	<b>288.330</b>	<b>416.828</b>	<b>44,6</b>
- Monel	288.330	416.828	44,6
<b>Geração Total</b>	<b>802.007</b>	<b>1.365.792</b>	<b>70,3</b>

O aumento da produção de energia elétrica se deve principalmente pela melhora da afluência das bacias localizadas na região sul do país, as quais foram afetadas em 2012 devido à estiagem ocorrida. Como consequência, as usinas localizadas na região sul apresentaram melhora na produção de energia elétrica, entre elas: PCHs Esmeralda, Santa Laura, Moinho, Passos Maia, além da UHE Monel.

Também contribuiu para o aumento da produção de energia elétrica a entrada em operação comercial das usinas do Complexo Eólico da Bahia e da usina Eólica Barra dos Coqueiros, ocorrida em julho e setembro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, a melhora do índice de disponibilidade do Complexo Eólico da Bahia contribuiu para o aumento da produção de energia observada.

Por outro lado, contribuiu para a redução da produção de energia elétrica a paralisação da produção da subsidiária Enercasa, conforme comentado no item 9-A, abaixo.



## 7) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

A Desenvix participa societariamente, de forma minoritária (25,5%), em as duas linhas de transmissão com 511 km de extensão, sendo 253 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora.

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

A MGE Transmissora S.A. está atualmente em fase de implantação e com previsão para início da operação comercial para o mês de junho de 2014.

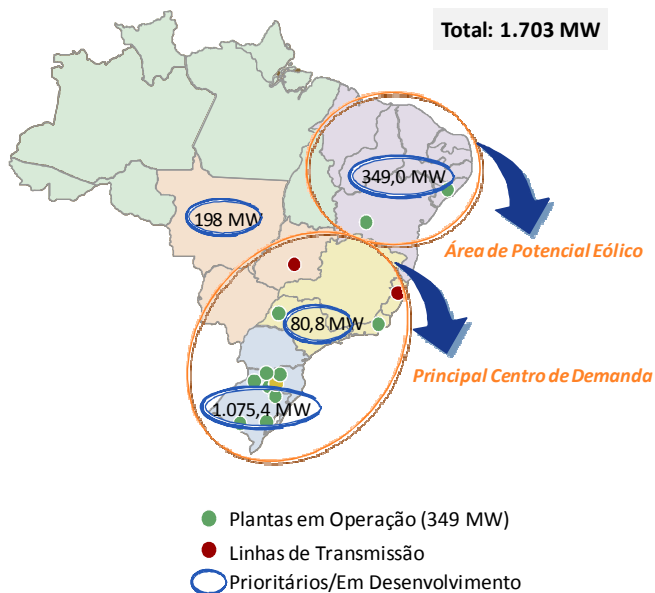
O início da operação comercial da LT Goiás ocorreu no mês de dezembro de 2013.

## 8) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A Companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento, que soma 2.960,8 MW de potência instalada, sendo 1.353,8 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia, um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 513,2 MW de potência instalada própria. O crescimento da capacidade instalada da Companhia se dará de forma oportunística.

Outra característica interessante da carteira de projetos da Desenvix é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território nacional.



## 9) PRINCIPAIS EVENTOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DE 2013

### A- RESULTADO ENERCASA

A Enercasa é uma planta de co-geração de energia elétrica com 33 MW de potência instalada e que utiliza bagaço de cana de açúcar como biomassa. Encontra-se totalmente operacional desde outubro de 2011 e integralmente adimplente perante a ANEEL e os demais órgãos do Setor Elétrico Brasileiro, como a CCEE e o ONS.

Para produção de energia, a Enercasa depende do fornecimento de vapor da planta industrial da Usina Pau D'Alho, localizada em Ibirarema, no Estado de São Paulo com a qual estabeleceu um acordo comercial.

Por conta da grave crise financeira vivenciada pelo setor sucroalcooleiro brasileiro, a Usina Pau D'Alho passou a ter dificuldades financeiras, agravadas pela perda de produtividade agrícola e por eventos climatológicos. A Usina paralisou a operação em dezembro/2012 e esta em processo de Recuperação Judicial.

Em consequência, a produção de energia da Enercasa em 2012, que, a despeito das medidas mitigadoras adotadas, ficou bem abaixo do montante contratado, tendo gerado 21.106 MWh, equivalente a 15%, de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008).

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 11 milhões, como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente, reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, reconhecendo o valor de R\$ 22 milhões no seu passivo.

Como tal insuficiência de geração decorre exclusivamente de fato inevitável e de responsabilidade única de terceiro, restou caracterizado evento de força maior. A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, atendendo ao pedido administrativo da Enercasa, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012.

A ANEEL, na mesma decisão, também acolheu pedido da Enercasa e determinou à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), afastando, assim, qualquer situação de inadimplência. Nesse sentido a Enercasa deixou de faturar, durante o período dos doze meses de 2013, o valor de R\$ 27,6 milhões.

Adicionalmente, a ANEEL, determinou que a Enercasa efetuasse o pagamento do valor da multa por ela devido, referente à receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, fato ocorrido em maio de 2013.

Vale dizer: o Contrato de Compra e Venda de Energia está temporariamente suspenso.

No dia 18 de setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

Na 48ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 17 de dezembro de 2013, foi determinado à CCEE que utilizasse, provisoriamente, para o cálculo das penalidades decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, a mesma álgebra utilizada para o cálculo da penalidade da cláusula 14 dos CERs a partir do 4º LER. Ou seja, ao invés de utilizar o contador “j”, que impõe uma penalidade crescente (25%, 50%, 75% e 100%) do valor do montante não entregue pelas usinas a biomassa (quando este montante for superior a 10% do Contrato), a penalidade passou a ser de 15%.

Para tanto, foi emitido o Despacho No 4.266, de 17 de dezembro de 2013.

Também foi instaurada Audiência Pública, no período de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de uniformização da



cláusula 14 dos Contratos de Energia de Reserva – CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, com a adotada a partir dos CERs do 4º LER.

Na 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, foi aprovada, após as contribuições recebidas para a Audiência Pública, a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014.

Amparada pela Resolução Normativa ANEEL nº 600 a Administração procedeu, em dezembro de 2013, a reversão da provisão contábil no valor de R\$ 7,7 milhões, referente à aplicação do fator “j” de 50% da energia não entregue em 2012, permanecendo no resultado, a provisão de R\$ 3,3 milhões para a penalidade de 15%.

Também em dezembro de 2013, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 4,1 milhões para a penalidade de 15% referente à energia não entregue em 2013.

Referente às penalidades de 15% dos anos de 2012 e 2013, a Administração mantém requerimento junto a ANEEL baseando-se no Mérito de Força Maior, pelo qual aguarda parecer final.

## **B- CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA RESSARCIMENTO / RECEBIMENTO CCEE**

Durante o mês de junho de 2013 as subsidiárias Macaúbas e Energen constituíram provisão para ressarcimento à CCEE, no montante de R\$ 3,5 milhões e R\$ 5,2 milhões, respectivamente, motivadas pela geração de energia abaixo do previsto no seu Contrato de Energia de Reserva (“CER”). Através do relatório de Apuração de Energia de Reserva, emitido pela CCEE no mês de setembro, a Companhia complementou as provisões para ressarcimento no valor de R\$ 0,4 milhão para Macaúbas e R\$ 0,2 milhão para Energen.

No total o efeito no resultado consolidado da Companhia foi de R\$ 9,3 milhões, dos quais R\$ 8,1 milhões reduziram a receita e R\$ 1,2 milhão aumentaram as despesas por se tratar da parcela da penalidade.

Pelas regras do CER, caso a geração de energia anual extrapolar o limite inferior de 10% abaixo da energia comercializada devemos ressarcir o saldo extrapolado valorados pelo preço do contrato (atualizado) mais 15%, devendo ser pagos em 12 parcelas mensais no ano seguinte. No caso de Macaúbas e Energen, os pagamentos em 12 parcelas serão a partir do mês de outubro.

Motivada pelo rompimento das emendas da rede de média, a geração de energia da Macaúbas ficou interrompida durante o mês de outubro e afetando parcialmente novembro de 2012. Por esse motivo, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 (intervalo de medição da geração segundo o Contrato de Compra e Venda de Energia) a geração de energia apurada pela Macaúbas foi de 84.641,17 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 113.880,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 102.492,0 MWh.

Motivada pelo atraso na entrada em operação comercial, prevista para julho de 2012 e ocorrida no mês de setembro de 2012, a geração de energia de Barra dos Coqueiros, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 foi de 54.679,2 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 87.600,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 78.840,0 MWh.

Em dezembro de 2013, conforme disposição do CPC 30, a Administração apurou a receita de seus empreendimentos eólicos com base na geração realizada para o período de julho de 2012 até dezembro de 2013. Como resultado, constituiu-se em dezembro de 2013 provisão de recebimento de R\$5,1 milhões, sendo R\$5,0 milhões para Novo Horizonte, R\$ 2,3 milhões para Seabra, R\$(1,7) milhão para Energen e R\$(490) mil para Macaúbas. Descontado os impostos o valor líquido total do ajuste foi de R\$3,4 milhões.

Cabe, no entanto, destacar que a realização dos créditos dependerá da confirmação da geração acima do limite de 30% do Contrato de Compra e Venda de Energia, para o intervalo de medição da geração.

### C- VARIAÇÃO CAMBIAL DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO

A subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. celebrou em 10 de setembro de 2012 contrato de financiamento de longo prazo com o China Development Bank, destinado à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros. O financiamento foi celebrado em dólar. No dia 28 de dezembro de 2012 ocorreu a liberação do financiamento no valor de US\$ 50.000 mil, cujo câmbio de fechamento da operação foi de 2,0435.

Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, tendo o primeiro evento de liquidação ocorrido no mês de junho de 2013.

A Companhia não contratou operação de hedge cambial. Ao final do período dos doze meses de 2013, a Energen contabilizava variação cambial de R\$ (15,2) milhões sendo variação cambial ativa de R\$ 12,5 milhões e variação cambial passiva de R\$ 27,7 milhões. Em 2013 o efeito da variação cambial realizado no caixa foi de R\$ 1,7 milhão.

### D- BAIXA DE ATIVO NÃO RECUPERÁVEL

Em dezembro de 2013 a Administração procedeu a baixa no resultado de R\$ 15,7 milhões referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'Alho, tendo em vista o processo de recuperação judicial na qual a usina está inserida, conforme comentado o item 9-A.

## 10) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2013, o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 170,01/MWh, aumento de 4,1% na comparação com 2012, quando o preço líquido médio foi de R\$ 163,39/MWh. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos. No caso da PCH Moinho o Contrato de Compra e Venda de Energia previa a redução do preço de venda a partir de janeiro de 2013, sendo parcialmente compensado pelo reajuste do contrato. Uma vez que a UTE Enercasa teve seu Contrato de Compra e Venda de Energia temporariamente suspenso, não computamos o preço líquido da sua energia no preço líquido médio, o qual atualmente é de R\$184,47.

Preço Líquido Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
<b>PCHs*</b>	<b>176,15</b>	<b>185,30</b>	<b>5,2</b>
- Esmeralda	175,67	185,20	5,4
- Santa Laura	175,48	185,55	5,7
- Santa Rosa	175,67	185,20	5,4
- Moinho	178,02	173,85	-2,7
- Passos Maia	175,94	189,81	7,9
<b>EOLs*</b>	<b>154,69</b>	<b>160,40</b>	<b>3,7</b>
- Complexo Eólico Bahia	152,12	157,21	3,3
- Barra dos Coqueiros	165,71	171,26	3,3
<b>UHE</b>	<b>151,10</b>	<b>159,87</b>	<b>5,8</b>
- Monel	151,10	159,87	5,8
<b>Preço Médio*</b>	<b>163,39</b>	<b>170,01</b>	<b>4,1</b>

\*ponderado pela energia comercializada do período.



## RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2013, a receita operacional líquida total somou R\$ 211,3 milhões, representando aumento de R\$ 24,3 milhões, equivalente a 13,0% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 187 milhões.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>187.022</b>	<b>211.340</b>	<b>13,0</b>
- Fornecimento de energia	164.404	185.424	12,8
- Serviços O&M	22.516	25.291	12,3
- Outros serviços	101	626	519,8

### *Receita líquida de fornecimento de energia elétrica*

Em 2013, a receita líquida com o fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 185,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 21,0 milhões, crescimento de 12,8% em comparação com 2012, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 164,4 milhões. O aumento decorreu principalmente (i) do incremento da receita de venda de energia do Complexo Eólico da Bahia e do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, contribuindo com adicional de R\$ 21,8 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente, em função da entrada em operação comercial ao longo do 2S12, (ii) pela reversão de receita líquida, no valor de R\$ 20,7 milhões, da UTE Enercasa, ocorrida em dezembro de 2012, fruto da não geração de energia conforme comentado no item 9-A acima e (iii) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias, contribuindo com cerca de R\$ 8,1 milhões.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento da receita líquida de fornecimento de energia elétrica, no período dos doze meses de 2013 (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na receita líquida da UTE Enercasa por força da suspensão temporária da liquidação financeira perante a CCEE, conforme comentado no item 9-A acima, (ii) a variação do resultado com GSF/MRE no valor de R\$ 3,4 milhões, (iii) pela contabilização do déficit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no valor líquido total de R\$ 1,9 milhões, conforme comentado no item 9-B acima e (iv) redução do faturamento da PCH Moinho em cerca de R\$ 1 milhão pela revisão do preço de comercialização, conforme previa o Contrato de Venda de Energia.

### *Receita líquida de serviços de O&M*

Em 2013, a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 12,3% em comparação com 2012, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 22,5 milhões. O aumento foi decorrente dos reajustes contratuais, novos contratos firmados, principalmente no 4T13, além do faturamento de serviços extras realizados, durante o 1T13, não previstos em contratos.

Em 31 de dezembro de 2013, a ENEX possuía 37 contratos de prestação de serviços de O&M, dos quais, 34 somavam capacidade instalada de 1.115 MW, além de 3 contratos referentes ao O&M de duas linhas de transmissão e uma subestação.

### *Receita líquida de outros serviços*

Em 2013, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 626 mil, enquanto que em 2012 o valor foi de R\$ 101 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados.

## CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2013, o custo dos serviços prestados somou R\$ 103,6 milhões, representando aumento de R\$ 17,9 milhões, equivalente a 20,9% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 85,7 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var % 2012 x 2013</b>
<b>Custo Total</b>	<b>85.743</b>	<b>103.650</b>	<b>20,9</b>
<b>- Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>71.482</b>	<b>85.408</b>	<b>19,5</b>
- Depreciação e amortização	47.706	65.199	36,7
- Encargos setoriais	9.028	10.150	12,4
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.659	9.853	13,8
- Custo com compra de energia elétrica	6.089	206	-96,6
<b>- Custo dos serviços prestados</b>	<b>14.261</b>	<b>18.242</b>	<b>27,9</b>
- Serviços de O&M	14.154	17.806	25,8
- Outros serviços	107	436	307,5

### **Depreciação e amortização**

Depreciação e amortização atingiu R\$ 65,2 milhões em 2013, incremento de 36,7% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento do ativo imobilizado decorrente da maior quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 15,7 milhões na depreciação.

Em menor escala, houve redução no valor da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação do saldo a pagar com fornecedor.

### **Encargos setoriais**

Gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,1 milhões em 2013, crescimento de 12,4% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento na quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 2,7 milhões com encargos de conexão e transmissão.

O aumento dos gastos com encargos setoriais foi parcialmente compensado pela desoneração provocada pela medida provisória 579, reduzindo em cerca de R\$ 1 milhão os encargos com taxas de uso do sistema de distribuição e transmissão.

### **Outros custos de fornecimento de energia elétrica**

Em 2013, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 9,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 1,2 milhão, incremento 13,8% na comparação com 2012, quando atingiu R\$ 8,7 milhões. O aumento tem como principais fatores (i) o reconhecimento de aporte de garantias e liquidação financeira das operações da Enercasa no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 1,2 milhão e (ii) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, contribuindo para o aumento de R\$ 1,2 milhão.

Em contra partida ao aumento dos outros custos de fornecimento de energia elétrica ocorreram reduções na contratação de serviços de terceiros, em 2013, na comparação com o ano anterior.

### **Custo com compra de energia elétrica**

O custo com compra de energia elétrica em 2013 é relativa à compra de energia da PCH Moinho. Já em 2012, o valor de R\$ 6,2 milhões é referente à compra de energia da UTE Enercasa. Em ambos os casos o objetivo foi o de atender os compromissos comerciais assumidos no Contrato de Compra e Venda de Energia, das subsidiárias.

### **Serviços de O&M**

O custo dos serviços de O&M prestados em 2013 foi de R\$ 17,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 3,6 milhões, incremento 25,8% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 14,1 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos. Também contribuiu, a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX, adicionalmente ao reconhecimento de férias retroativas e encargos com desligamento de funcionários.

### **Outros serviços**

O custo dos outros serviços em 2013 foi de R\$ 436 mil, apresentando aumento de 307,5% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 107 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

## **DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS**

Em 2013, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11,1 milhões, equivalente 21,9% em comparação com o mesmo período de 2012, quando atingiram R\$ 50,9 milhões.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

<b>Despesas Gerais (R\$ mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var % 2012 x 2013</b>
<b>Despesas (Receitas) Totais</b>	<b>50.887</b>	<b>39.743</b>	<b>-21,9</b>
<b>- Gerais e Administrativas totais</b>	<b>51.558</b>	<b>42.506</b>	<b>-17,6</b>
- Gerais e administrativas	32.106	37.667	17,3
- Honorários da administração	4.639	5.081	9,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.793	2.211	-41,7
- Penalidade por inadimplência CCEE	11.020	(2.453)	-122,3
<b>- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(513)</b>	<b>(2.763)</b>	<b>438,6</b>
<b>- Participação nos lucros de controladas</b>	<b>(158)</b>	<b>-</b>	<b>-100,0</b>



### ***Despesas gerais e administrativas***

Em 2013, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 37,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,6 milhões, incremento de 17,3% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 32,1 milhões. O crescimento é fator (i) da constituição de provisão para indenizações trabalhistas, no valor de R\$ 1,6 milhão, tendo em vista a estruturação organizacional ocorrida no final de 2013, (ii) início da operação comercial, ao longo do 2S12, do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e do Complexo Eólico da Bahia contribuindo com aumento de R\$ 1,7 milhão e de R\$ 2,5 milhões, respectivamente.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento das despesas gerais e administrativas reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

### ***Honorários da administração***

Em 2013, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 5,1 milhões, apresentando aumento de R\$ 442 mil, incremento de 9,5% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 4,6 milhões. O crescimento é fator (i) da correção salarial ocorrido durante 2013 conforme deliberado pela AGO/E de 25 de abril de 2013, (ii) no mês de fevereiro de 2013 ocorreram duas remunerações ao cargo de Diretor Presidente, período de transição da Presidência da Companhia, e (iii) remuneração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores cuja função foi exercida pelo Diretor Presidente da Companhia durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa e não remunerada, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

### ***Com estudos em desenvolvimento***

As despesas contemplam investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A redução das despesas com estudos em desenvolvimento reflete o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento.

### ***Penalidade por inadimplência CCEE***

Os gastos com penalidades por inadimplemento CCEE constituem em sua maioria provisões pela situação da subsidiária UTE Enercasa, conforme comentado no item 9-A acima, englobando reversão de provisão no valor de R\$7,7 milhões e constituição de provisão no valor de R\$ 4,1 milhões.

Em 2013, o valor também contempla provisão, no valor de R\$ 1,2 milhão, do déficit de geração das subsidiárias Macaúbas e Barra dos Coqueiros, conforme comentado no item 9-B acima.

### ***Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas***

A receita de R\$ 2,8 milhões apurada em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil e baixa para provisão de impostos.

## RESULTADO FINANCEIRO

Em 2013, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões, aumento de R\$ 30,5 milhões, incremento de 37,2% na comparação com 2012, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 82,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
<b>Despesas financeiras</b>	<b>89.234</b>	<b>131.665</b>	<b>47,6</b>
- Com financiamentos	53.050	66.786	25,9
- Cartas de fiança bancária	17.828	5.236	-70,6
- IOF e multa e juros sobre tributos	5.787	2.004	-65,4
- Variações monetárias e cambiais passivas	490	27.717	5556,5
- Concessões a pagar e outras despesas	10.179	8.893	-12,6
- Outras despesas financeiras	1.900	21.029	1006,8
<b>Receitas financeiras</b>	<b>7.255</b>	<b>19.212</b>	<b>164,8</b>
- Com aplicações financeiras	3.461	5.579	61,2
- Variações monetárias e cambiais ativas	3.794	13.633	259,3
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>81.979</b>	<b>112.453</b>	<b>37,2</b>

### Despesas financeiras

Em 2013, as despesas financeiras atingiram R\$ 131,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 42,4 milhões, incremento 47,6% na comparação com 2012, quando atingiram R\$ 89,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento de 25,9% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 53,0 milhões 2012 para R\$ 66,8 milhões em 2013, em consequência (a) dos juros incorridos sobre o empréstimo do CDB tomados pela subsidiária Energen, cuja liberação ocorreu em dezembro de 2012, contribuindo com R\$ 6,2 milhões, (b) dos juros incorridos sobre o empréstimo do BNB tomado pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, e que entraram em operação em julho de 2012, no valor de R\$ 8,1 milhões e (c) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 4,9 milhões. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (d) pela redução de R\$ 5,4 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função da redução da TJLP, além dos juros pagos serem decrescentes; (ii) do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 27,7 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima; (iii) do aumento de outras despesas financeiras em função (a) da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'valho, conforme comentado no item 9-D, (b) da baixa de R\$ 1,6 milhão com gastos de estruturação da companhia para abertura de capital, anteriormente contabilizados como recebíveis de acionistas e (c) da apuração de Imposto de Renda sobre remessa ao exterior, incidente sobre o juros amortizado ao CDB pela subsidiária Energen, no valor de R\$ 1 milhão.

Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas financeiras, de 2013, (i) a queda das despesas com IOF, tendo em vista a redução das captações de recursos ao longo do período, (ii) a redução das despesas com fiança bancária, tendo em vista a retirada das fianças da UHE Monjolinho, ocorrido a partir de outubro de 2012, além do reconhecimento, em setembro de 2012, das garantias corporativas retroativas devidas ao Controlador Grupo Engevix e (iii) a redução das concessões a pagar, relativas principalmente à UBP da UHE Monjolinho.

### **Receitas financeiras**

Em 2013, as receitas financeiras atingiram R\$ 19,2 milhões, apresentando de aumento de R\$ 12,0 milhões, incremento de 164,8% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 7,3 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento das variações cambiais ativas no valor de R\$ 12,5 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo em dólar tomado junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima e (ii) do aumento da receitas com aplicações financeiras, em função do maior saldo de aplicações financeiras.

### **RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Em 2013, o resultado de participações societárias positivo em R\$ 3,0 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 4,8 milhões apurado em 2012.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado de participações societárias (R\$ mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var % 2012 x 2013</b>
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	4.867	1.307	-73,1
- Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
<b>Resultado de participações</b>	<b>4.791</b>	<b>3.016</b>	<b>-37,0</b>

#### **Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto**

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto de 2013 é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,6 milhão, (ii) pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,2 milhão e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 928 mil.

#### **Dividendos recebidos**

Em 2013 a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas (5%) no valor de R\$ 1,9 milhão bem como dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida na Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 969 mil.

#### **Amortização de ágio**

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

### **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Monjolinho, Enercasa, Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.



Em 2013, imposto de renda e contribuição social contribuíram favoravelmente para o resultado em R\$ 9,0 milhões, fruto principalmente da constituição de provisão de IR Diferido sobre prejuízos acumulados parcial no valor de R\$ 8,6 milhões da subsidiária Energen, R\$ 2,8 milhões das subsidiárias que constituem o Complexo Eólico da Bahia, e de R\$ 2,7 milhões da subsidiária Monel. Também contribuiu a reversão de provisão para IR Diferido da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 3,9 milhões, calculado sobre a variação dos investimentos em entidades não controladas ao valor justo. Para o mesmo período de 2012, imposto de renda e contribuição social contribuíram negativamente para o resultado em R\$ 4,8 milhões.

### PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2013, a participação de não controladores foi de R\$ (836) mil, contra R\$ 376 mil em 2012, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

### LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2013, foi registrado prejuízo de R\$ 32,5 milhões, contra prejuízo de R\$ 31,6 milhões em 2012, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

### EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 136,2 milhões em 2013, apresentando aumento de 32,3% em relação com 2012, quando alcançou R\$ 102,9 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou aumento de 9,4 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 55,0% para 64,4% da receita operacional líquida de 2012 e 2013, respectivamente.

EBITDA (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Lucro (prejuízo) líquido do período	(31.622)	(32.490)	2,7
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	4.826	(9.000)	-286,5
(+) Despesas financeiras líquidas	81.979	112.453	37,2
(+) Depreciação e Amortização	47.706	65.199	36,7
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>102.889</b>	<b>136.162</b>	<b>32,3</b>
Receita Líquida	187.022	211.340	13,0
<b>Margem EBITDA</b>	<b>55,0%</b>	<b>64,4%</b>	<b>9,4 p.p.</b>

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente alto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da Companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

## 11) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida somava R\$ 842,3 milhões, representando aumento de 14,2% na comparação com 31 de dezembro 2012, quando a dívida líquida somava R\$ 737,5 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

**Endividamento bancário:** entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 2,3% ou R\$ 21,0 milhões. Contribuiu para o aumento do saldo do endividamento bancário (i) a captação de R\$ 75 milhões de empréstimos com capital de giro na Desenvix Controladora, (ii) a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 66,8 milhões, sendo R\$ 29,3 milhões com BNDES, R\$ 17,6 milhões com BNB, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 11,5 milhões com Debêntures e R\$ 2,3 milhão com os demais financiamentos da Desenvix Controladora e (ii) a variação cambial líquida de R\$ 15,2 milhões do empréstimo com o CDB.

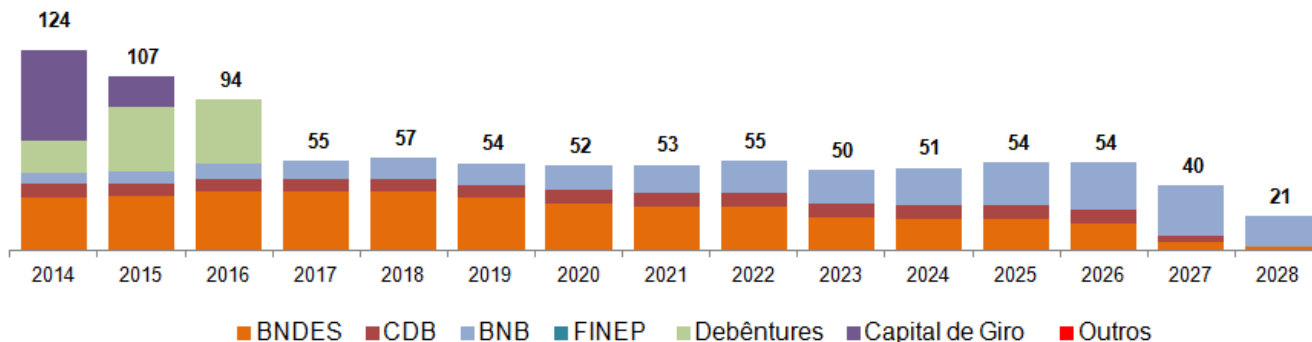
Por outro lado, o endividamento bancário sofreu redução em função (i) da amortização de R\$ 64,8 milhões de principal, sendo R\$ 35,3 milhões com BNDES, R\$ 10 milhões de capital de Giro na Desenvix Controladora, R\$ 8,6 milhões com FINEP, R\$ 8,0 milhões com CDB, R\$ 2,5 milhão com BNB e R\$ 0,6 milhão com financiamentos ENEX e (ii) do pagamento de R\$ 70,7 milhões de juros, sendo R\$ 29,1 milhões com BNDES, R\$ 21,7 milhões com BNB, R\$ 10,6 milhões com debêntures, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 1,6 milhão com capital de giro, R\$ 538 mil com FINEP e R\$ 554 mil com outros.

**Caixa e aplicações financeiras:** entre os períodos em análise houve redução no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 83,8 milhões, principalmente em função (i) do aporte de capital de R\$ 36,5 milhões realizado na subsidiária Goiás, (ii) do aporte de capital de R\$ 30,4 milhões realizado na subsidiária MGE, (iii) pagamento à fornecedores, no valor de R\$ 40,0 milhões, pela subsidiária Energen e usinas do Complexo Eólico da Bahia referente à implantação de empreendimentos de geração de energia, (iv) pagamento de R\$ 22 milhões referente à devolução do montante de energia faturada e não entrega pela subsidiária Enercasa. A redução foi parcialmente compensada pelas captações de capital de giro conforme comentado no item Endividamento.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 era composto (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Desenvix Controladora, no valor de R\$ 28,8 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 52,1 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, das subsidiárias, além das debêntures, na Desenvix Controladora.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	Varição % Dez/13 x Dez/12
<b>Endividamento bancário</b>	<b>902.216</b>	<b>923.254</b>	<b>2,3</b>
- Financiamento de obras - BNDES	409.458	374.334	-8,6
- Financiamento de obras - BNB	272.480	265.840	-2,4
- Financiamento de obras - CDB	102.049	108.630	6,4
- Debêntures	98.910	99.800	0,9
- FINEP	8.656	-	-100,0
- Financiamento de capital de giro	10.000	74.462	644,6
- Outros	663	188	-71,6
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(164.700)</b>	<b>(80.922)</b>	<b>-50,9</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>737.516</b>	<b>842.332</b>	<b>14,2</b>

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 923,2 milhões de 31 de dezembro de 2013, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em função das captações de capital de giro ocorridas no final de 2013, em 31 de dezembro de 2013, a parcela da dívida indexada ao CDI representava 19% do endividamento bancário, contra 12% em 31 de dezembro de 2012.

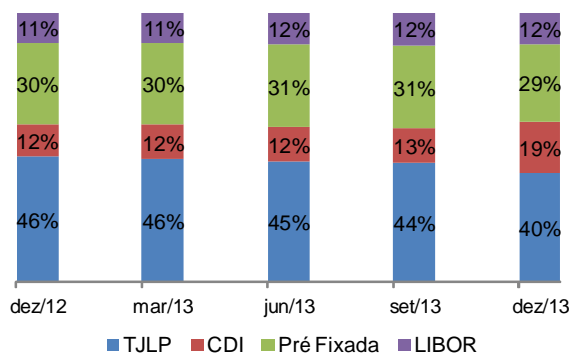
O contrato de financiamento de longo prazo do Complexo Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB, cuja taxa é pré fixada, prevê bônus de adimplência sobre encargos de 25%. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento, das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a..

Entre setembro de 2012 e março de 2013, o custo médio ponderado da dívida bancária apresentou redução, fruto principalmente das captações de longo prazo ocorridas no período, tomadas com taxas menores do que as anteriores, com é o caso do financiamento do Complexo Eólico da Bahia (7,125% a.a.), e PCH Moinho (TJLP + 2,0% a.a.), bem como as Debêntures (CDI + 2,8% a.a.) que substituíram R\$75 milhões de empréstimos ponte em dezembro de 2012. Outro ponto favorável é a redução da TJLP, a partir de julho de 2012, que passou de 6% a.a. para 5,5% a.a..

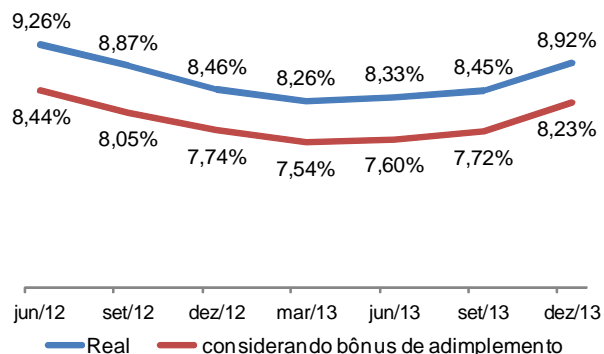
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2013 o Governo Federal anunciou nova redução da TJLP de 5,5% a.a. para 5% a.a..

A trajetória de redução sucessiva no custo médio ponderado da dívida bancária da Desenvix foi influenciada, a partir de junho de 2013, quando o Banco Central do Brasil utilizou-se do aumento da SELIC, com reflexo no CDI, como medida de contenção da inflação no Brasil.

**Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador**



**Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária**



Em função da aplicação do CPC 10 e 11, a partir de janeiro 2013, as informações apresentadas nos gráficos acima não consideram o endividamento da subsidiária Passos Maia, preservando assim a comparabilidade entre os períodos.

## 12) INVESTIMENTOS

Entre os anos de 2010 até 2012, a Desenvix executou seu plano de expansão, duplicando a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica. No total foram investidos recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, sendo parte financiada com recursos de capital de terceiros.

Em 2013, a Companhia investiu R\$ 66,9 milhões através de aportes de capital nos seus empreendimentos de transmissão de energia, em implantação.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Desenvix Energias Renováveis S/A segue a regulamentação da ANEEL e a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O tema central do Programa de P&D é a Geração de Energia Elétrica por Fontes Renováveis. O saldo disponível na conta P&D em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 788 mil.

## 13) GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2013 a Desenvix Controladora contava com 41 colaboradores diretos, sendo 6 Diretores Estatutários e 35 celetistas. Adicionalmente a subsidiária Enex contava com 302 colaboradores.

**14) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Balço Patrimonial (R\$mil)									
Ativo	dez/12	dez/13	AH	Passivo e patrimônio líquido	dez/12	dez/13	AH		
	reapresentado	reapresentado			reapresentado	reapresentado			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	124.677	28.803	-76,90%	Fornecedores	108.899	33.260	-69,46%		
Aplicação financeira restrita	-	-	0,00%	Financiamentos	70.366	122.751	74,45%		
Contas a receber	27.410	24.177	-11,79%	Partes relacionadas	30.078	7.363	-75,52%		
Dividendos a receber	1.154	10.654	823,22%	Concessões a pagar	6.255	6.500	3,92%		
Impostos a recuperar	4.650	6.459	38,90%	Salários e encargos sociais	4.240	4.135	-2,48%		
Estoques	983	1.052	7,02%	Impostos e contribuições a recolher	14.767	14.822	0,37%		
Outros ativos	4.503	9.432	109,46%	Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.875	6.816	16,02%		
Investimento mantidos para venda	16.976	3.060	-81,97%	Provisão para contrato de energia	33.058	7.425	-77,54%		
	<b>180.353</b>	<b>83.637</b>	<b>-53,63%</b>	Dividendos propostos	47	47	0,00%		
				Terras servidão	2.037	-	-100,00%		
				Outros passivos	27.267	17.814	-34,67%		
					<b>302.889</b>	<b>220.934</b>	<b>-27,06%</b>		
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>					
Aplicação financeira restrita	40.023	52.119	30,22%	Financiamentos	831.850	800.503	-3,77%		
Partes relacionadas	43.425	26.824	-38,23%	Imposto de renda diferido	6.676	5.561	-16,70%		
Imposto de renda diferido	5.604	23.768	324,13%	Concessões a pagar	55.015	56.538	2,77%		
Investimentos em entidades não controladas valor justo	81.213	66.677	-17,90%	Tributos a pagar	-	741	100,00%		
Tributos a recuperar	-	263	100,00%	Outros Passivos	12.061	21.390	77,35%		
Outros ativos	27	8.441	31162,96%		<b>905.602</b>	<b>884.733</b>	<b>-2,30%</b>		
	<b>170.292</b>	<b>178.092</b>	<b>4,58%</b>						
Investimentos	108.789	150.656	38,48%	<b>Total do passivo</b>	<b>1.208.491</b>	<b>1.105.667</b>	<b>-8,51%</b>		
Imobilizado	1.299.715	1.194.632	-8,09%						
Intangível	115.388	117.047	1,44%	<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>					
Propriedades para investimentos	21.419	25.208	17,69%	Capital social	665.312	665.312	0,00%		
	<b>1.545.311</b>	<b>1.487.543</b>	<b>-3,74%</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	44.432	32.963	-25,81%		
				Reservas de lucros	8.448	739	-91,25%		
				Lucros (prejuízos) acumulados	-32.049	-55.994	74,71%		
					<b>686.143</b>	<b>643.020</b>	<b>-6,28%</b>		
				Participação dos não controladores	1.322	486	-63,24%		
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>687.465</b>	<b>643.506</b>	<b>-6,39%</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.895.956</b>	<b>1.749.272</b>	<b>-7,74%</b>						
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.895.956</b>	<b>1.749.172</b>	<b>-7,74%</b>		

<b>Demonstração do Resultado do Exercício findos em 31 de dezembro (R\$ mil)</b>			
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>AH</b>
<b>Receita</b>			
Fornecimento de energia elétrica	164.404	185.424	12,8%
Serviços prestados	22.618	25.916	14,6%
<b>Receita operacional</b>	<b>187.022</b>	<b>211.340</b>	<b>13,0%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	-71.482	-85.408	19,5%
Custo dos serviços prestados	-14.261	-18.242	27,9%
	<b>-85.743</b>	<b>-103.650</b>	<b>20,9%</b>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>101.279</b>	<b>107.690</b>	<b>6,3%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	-51.558	-42.506	-17,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	513	2.763	438,6%
Participação nos lucros de controladoras	158	0	-100,0%
	<b>-50.887</b>	<b>-39.743</b>	<b>-21,9%</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>50.392</b>	<b>67.947</b>	<b>34,8%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	-89.234	-131.665	47,6%
Receitas financeiras	7.255	19.212	164,8%
	<b>-81.979</b>	<b>-112.453</b>	<b>37,2%</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas em conjunto	4.867	1.307	-73,1%
Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,0%
	<b>4.791</b>	<b>3.016</b>	<b>-37,0%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>-26.796</b>	<b>-41.490</b>	<b>54,8%</b>
Imposto de renda e contribuição social	-4.826	9.000	-286,5%
<b>Lucr (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>-31.622</b>	<b>-32.490</b>	<b>2,7%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	-31.998	-31.654	-1,1%
Participação de não controladores	376	-836	-322,3%
	<b>-31.622</b>	<b>-32.490</b>	<b>2,7%</b>
<b>(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações</b>	<b>-0,27348</b>	<b>-0,27054</b>	<b>-1,1%</b>

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.





**DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Desenvix Energias Renováveis S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 07 de maio de 2014, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia e Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers. Assim, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Florianópolis, 07 de maio de 2014

João Clarindo Pereira Filho

Andrea Kogitzki

Alfredo Martins dos Reis

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Jan Erik Felle, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua dos Tambaquis, 258, Jurere Internacional, CEP 88.053-374, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 061.852.577-77, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 (“Companhia”), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 07 de maio de 2014.

---

**Jan Erik Felle**  
Diretor Financeiro e de  
Relações com os Investidores